

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

CNPJ: 82.508.433/0001-17



Estação de Tratamento de Esgoto de Lauro Müller

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em meio ao mais desafiante ano de sua trajetória, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento fechou o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 com um resultado líquido positivo de R\$ 112 milhões.

Mesmo que 6% menor se comparada ao apurado no exercício anterior, a contabilidade de três dígitos mostra como a Companhia conseguiu atravessar sem significativa turbulência econômica o ano em que uma pandemia marcou para sempre a história da humanidade e Santa Catarina enfrentou a mais prolongada estiagem das últimas seis décadas, circunstâncias que se refletiram diretamente na prestação dos serviços de saneamento.

Em 2020, a CASAN auferiu receita de R\$ 1,3 bilhão, valor levemente superior ao exercício anterior, na ordem de 1,7%. As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água responderam por 80% da receita, sendo as operações de esgotamento sanitário responsáveis por 19% – ficando 1% com a prestação de outros serviços, como novas ligações, acréscimos por impropriedade e consertos de hidrômetros.

O ano difícil para a economia mundial se refletiu, principalmente, numa leve subida dos custos e despesas operacionais, e em especial no resultado financeiro da empresa, que sofreu uma elevação de 18%, fruto principalmente da importante apreciação cambial do ano gerada pela Covid-19.

Porém, nem a Covid e a estiagem impediram a CASAN de manter seu planejamento para o saneamento catarinense. Em 2020 foi possível entregar mais seis Sistemas de Esgotamento Sanitário: Balneário Piçarras, Concórdia, Lauro Müller e as ampliações em Chapecó (Bairro Efapi) e São José (Centro Histórico e Ponta de Baixo).

As duas maiores obras de esgoto de Santa Catarina também tiveram seus complexos processos licitatórios concluídos no exercício, permitindo iniciar as obras de ampliação do Sistema Saco Grande/João Paulo, que vai beneficiar mais de 33 mil habitantes de seis bairros, e do Sistema

Insular, ambos em Florianópolis. Em paralelo, o ano permitiu avanços para etapas de finalização dos sistemas de Araquari (Bairro Itinga), Barra do Sul, Criciúma (Bairro São Luiz e Próspera), Curitibaanos, Ibirama, Indaial, Ingleses, Ipira-Piratuba e Rio do Sul.

Além de contar com diversas ampliações de rede, os Sistemas de Abastecimento de Água cresceram no Estado sob o signo da inovação e tecnológica, como o acionamento da Estação de Tratamento de São Bonifácio por meio de um celular. A antiga unidade foi totalmente revitalizada e transformada em uma ETA de Ciclo Completo (com floculador, decantador, filtros e tanque de contato), triplicando a quantidade e aumentando a qualidade da água.

Outro avanço tecnológico foi concretizado no pequeno município de Angelina, onde a unidade de tratamento de água passou a ser a primeira de um sistema público a operar em processo de ultrafiltração por membranas, que garante a remoção de partículas microscópicas da água bruta, sem a necessidade de produtos químicos.

Tão ou mais importante quanto a gestão econômica e as inovações tecnológicas são os resultados ambientais obtidos ao longo do ano, como a ampliação dos trabalhos desenvolvidos em parceria com o Consórcio Iberê para preservação de matas nativas no Oeste – e também os números do Trato pelo Capivari, programa de fiscalização e conscientização ambiental que evitou que 86,3 milhões de litros de esgoto contaminassem o principal rio da Praia dos Ingleses, em Florianópolis.

Os primeiros resultados do Trato pelo Capivari já inspiram a concepção de outros projetos ambientais, como o Trato por Laguna, o Trato pela Lagoa da Conceição e o Trato pelo Lajeado São José (de Chapecó), trabalhos que vão gerar frutos em 2021, ano em que a CASAN celebra seu primeiro Cinquentenário e espera fortalecer sua conexão com o meio ambiente e a qualidade de vida.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2020

A CASAN

Empresa pública de economia mista, de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) ao longo dos seus 49 anos manteve como objetivo principal coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina. A CASAN constitui-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, operando para cumprir seu principal objetivo social, que é a prestação de serviços de saneamento básico. A prioridade é desenvolver com eficácia seu negócio, traduzido na Missão de "Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde,

conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável", em todos os municípios em que opera. O quantitativo da força do trabalho apresentou ligeiro aumento ao longo do ano, contando com mais de 2,5 mil empregados nas mais diversas funções de gestão, operação e manutenção. A CASAN encerrou 2020 prestando serviços a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas, em 195 municípios (66% das cidades do Estado), além de fornecer água no atacado para outros quatro (4) municípios, clientes operados com sistemas próprios que, juntos, têm uma população superior a 200 mil pessoas. Em 2020 a CASAN obteve novamente recorde de Receita Operacional, que superou o montante de R\$ 1,2 bilhão. O resultado é devido, principalmente, à política comercial, investimentos na ampliação da cobertura dos seus serviços e aplicação do reajuste tarifário linear no final de 2019 de 2,61%, concedido e

aprovado pelas quatro Agências Reguladoras de Saneamento que atuam nos municípios operados. A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa ou convênios, instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais que concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto. No Quadro 4 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina – estão representados os 194 municípios catarinenses, divididos pelas Superintendências Regionais de Negócio. A CASAN atua em 195 (cento e noventa e cinco) municípios, sendo 1 (um) no Estado do Paraná.

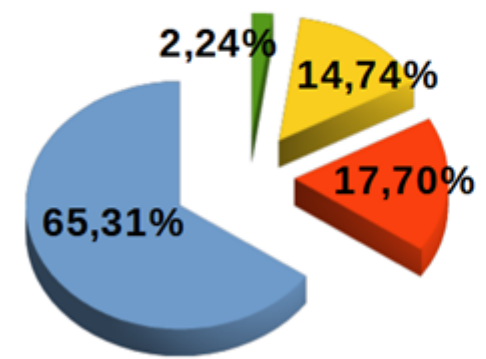
ESTRUTURA ACIONÁRIA

Quadro 1 – Divisão da Estrutura Acionária CASAN em 31/12/2020

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
ESTADO DE SANTA CATARINA	236.856.732	63,07	253.851.013	67,55	490.707.745	65,31
SC PAR	66.470.150	17,7	66.547.700	17,71	133.017.850	17,7
CELESC	55.358.800	14,74	55.357.200	14,73	110.716.000	14,74
CODESC	16.811.705	4,48	0	0,0	16.811.705	2,24
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	40.782	0,01	36.760	0,01	77.542	0,01
Total	375.538.169	100,0	375.792.673	100,0	751.330.842	100,0

Quadro 2 – Gráfico da Estrutura Acionária CASAN

Composição Acionária em 31/12/2020



- ESTADO DE SANTA CATARINA
- SC PAR
- CELESC
- CODESC
- PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

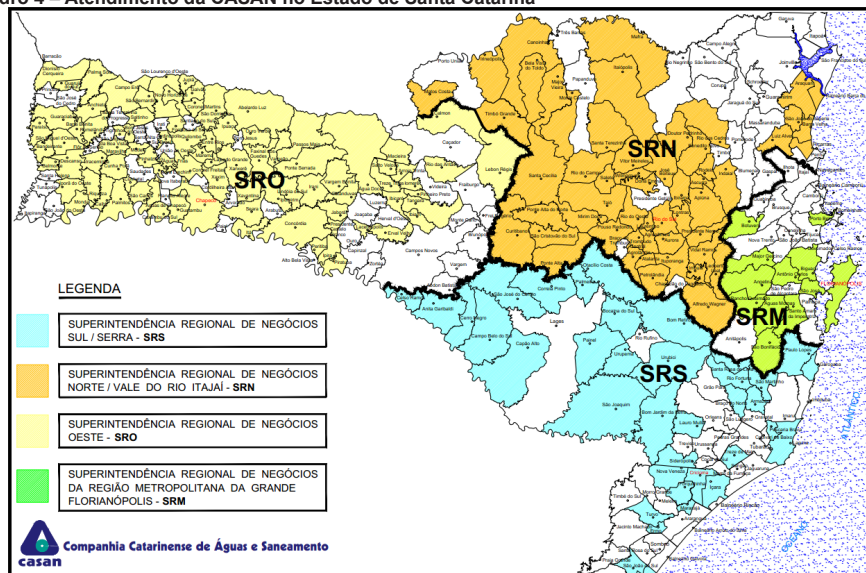
Quadro 3 – Estrutura Organizacional Estratégica da CASAN



A Companhia é conduzida por uma Diretoria colegiada, subordinada às estruturas de Governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas), conforme demonstrado no Organograma representativo da administração superior da Organização, Quadro 3 – Estrutura Organizacional Estratégica da CASAN. Em 2020 foi implementada uma nova reestruturação com o objetivo de reorganizar os portes das Agências, bem como seus respectivos setores operacionais por meio de critérios objetivos, ajustes em algumas áreas que ficaram prejudicadas com a reestruturação realizada em fevereiro/2019 e revisão do valor das Funções Gratificadas (FGs) para as Gerências, agências de grande porte, das Gerências Operacionais e respectivos setores das Superintendências, bem como de todos os setores operacionais das agências.

Na área de sua atuação, a Companhia segue dividida em 4 (quatro) Superintendências Regionais de Negócios, com a finalidade de conceder suporte às operações, visando maior agilidade e integração de suas ações com seus municípios atendidos, conforme Quadro 4:

Quadro 4 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina



Quadro 5 - Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais – 31/12/2020

Superintendência	Municípios	Água *2		Esgoto *2	
		Ligações	Economias	Ligações	Economias
Metropolitana - SRM	12	203.310	415.386	59.178	189.402
Oeste - SRO	90	213.690	284.523	20.176	40.319
Sul/Serra - SRS	37	167.343	223.721	18.146	44.934
Norte/Vale - SRN	56	214.372	255.555	6.390	10.220
Total CASAN*1	195	798.716	1.179.197	103.879	284.875

*1 Resultados considerando município de Barracão no Paraná/PR

*2 Base de faturamento

Em relação à mudança dos municípios atendidos, as últimas alterações ocorreram em 2019, quando foi iniciada a operação do Sistema de Abastecimento de Santa Terezinha do Progresso, em razão do Contrato de Concessão vigente. E no sentido inverso, deixou de ser operado somente o município de Caçador, devido a uma liminar em razão de imbróglio judicial.

Quadro 6 - Participação nos Municípios Atendidos em Santa Catarina 2014-2020

Instituição	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Estado SC	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100
CASAN	197	67	196	66	195	66	195	66	194	66	194	66	194	66

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Todas as organizações enfrentam incertezas que representam riscos e oportunidades, com potencial para destruir ou agregar valor. A gestão dessas incertezas possibilita aos administradores tratá-las sistematicamente, reagindo a mudanças de forma dinâmica e interativa e em consonância com os ambientes interno e externo.

A CASAN tem continuamente aprimorado suas estruturas e processos de gestão de riscos corporativos, abordando explicitamente as incertezas e tendo como Norte a sua Política de Gestão de Riscos, a qual institui diretrizes, competências e uma linguagem comum para o gerenciamento. Essa Política visa incentivar boas práticas de governança corporativa, aumentar a segurança quanto ao alcance dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos à tomada de decisões, aprimorar o ambiente de controles internos e a conformidade a normas, requisitos legais e regulações pertinentes. Formalizada desde o ano de 2018, sua última revisão encontra-se disponível no Portal da Transparência da Companhia.

O gerenciamento de riscos tem gradualmente se incorporado à rotina da empresa, em ações em que a expertise dos gestores é combinada a técnicas para identificar, analisar, monitorar e responder apropriadamente. A Companhia tem destinado esforços para aumentar sua maturidade, compreender em detalhes os riscos corporativos e tratá-los de acordo com seu apetite e tolerância, seguindo guias de boas práticas reconhecidos, como o Coso ERM e a ISO 31.000.

Em relação à *Compliance*, a CASAN possui um Programa de Integridade, acessível em seu Portal da Transparência, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais documentos normativos com a finalidade de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Companhia e a Administração Pública.

Além de destacar a responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores hierárquicos, o Programa de Integridade da Companhia é composto por diversas unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, com responsabilidades definidas sobre a:

- manutenção e a divulgação do Código de Conduta e Integridade (CCI) e do Programa de Integridade;
- monitoramento contínuo do Programa de Integridade;
- ampla divulgação do canal de denúncias;
- recebimento e o tratamento de denúncias internas e externas;
- investigação de casos concretos relacionados à integridade;
- aplicação de sanções disciplinares;
- entrega do CCI às pessoas que devem segui-lo;
- condução do treinamento anual sobre o CCI e o Programa de Integridade;
- ações preventivas nos processos mais expostas aos fatores relacionados à integridade;
- normatização de procedimentos para prevenir fraudes e ilícitos nas contratações públicas;
- realização de diligências apropriadas aos terceiros; e
- aferição da adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

OUIDORIA

Com atuação desde 2008, é um canal para estimular a transparência e a eficiência na prestação dos serviços, com o objetivo de garantir o direito de todo cidadão à manifestação de ocorrências e respostas. Operacionalizada através da plataforma Fala.BR (<https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index?url/fale-com-a-ouvidoria#0>), e também atendendo à plataforma da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina, interage com

todas as Ouvidorias das Agências Reguladoras de Santa Catarina.

A Ouvidoria Geral da CASAN é um espaço de participação e controle social, aberto para a sociedade. Por meio de canais de atendimento presenciais e eletrônicos, recebe e responde manifestações, como sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre políticas e serviços públicos.

A Lei n. 13.460/2017 estabelece que o prazo de resposta a essas manifestações do cidadão é de até 30 dias, prorrogáveis por mais 30 se houver justificativa expressa. Já os Pedidos de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) têm prazo de resposta de 20 dias, prorrogáveis por mais 20, também sob justificativa.

A partir das informações trazidas pelos cidadãos, a Ouvidoria pode identificar melhorias, propor mudanças, assim como apontar situações irregulares. Por exemplo, ao receber uma sugestão, a Ouvidoria deve dar uma resposta, dizendo se a ideia será implantada ou não. Para isso, faz uma análise inicial, entra em contato com a área responsável e responde, explicando o que será feito, ou justificando por que a sugestão não poderá ser aproveitada.

No tocante às demandas tipo "denúncia", relacionadas à integridade, após analisados os elementos mínimos de autoria e materialidade, a Ouvidoria encaminha às áreas competentes para instrução processual e, conforme o caso, à Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, para investigação e procedimentos.

O contato pode ser feito por meio do site da Companhia (www.casan.com.br), da Central de Atendimento 0800-643 0195 e e-mail ouvidoriacasan@casan.com.br. Realizado também de forma presencial, entre 8h e 17h, o atendimento realizado nessa modalidade foi suspenso em março/2020, devido à pandemia do coronavírus. Correspondências devem ser encaminhadas ao endereço Rua Emílio Blum, 83, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-010.

RELAÇÃO COM O PODER CONCEDENTE E CONTRATOS DE PROGRAMA

No que tange à relação entre a CASAN e o Poder Concedente (Municípios), com a promulgação da Lei 14.026 em 15 de julho de 2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento – Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, a celebração de novos Contratos de Programa está vedada.

Embora tenhamos uma nova legislação em vigor desde julho de 2020, a sua aplicação ainda depende de regulamentação pelo Governo Federal, fato que não ocorreu até o fechamento deste Balanço, deixando o setor em completa instabilidade.

Mesmo com o travamento imposto pela atualização do Marco Legal, a Companhia fechou no primeiro semestre de 2020 seis novos Contratos de Programa com Asscurra, Angelina, Agrolândia, Santa Cecília, Urupema e Vidal Ramos, totalizando 49 Contratos de Programa firmados.

Assim o ano de 2020 encerrou com aproximadamente 71% das receitas da Companhia garantidas por meio dos Contratos de Programa, percentual que dá certa solidez para a perenidade da empresa no mercado.

A CASAN ultrapassou em 2020, no entanto, momentos de instabilidade, diante dos vetos promovidos pelo Governo Federal ao promulgar a Lei 14.026, em especial ao Artigo 16, que mantinha o Contrato de Programa como forma legal de delegação da prestação dos serviços.

As perspectivas para 2021 exigem a preparação da Companhia para estar apta a participar de processos licitatórios que tenham como objeto a concessão dos serviços de saneamento (setor de água e esgoto) e trabalhar incansavelmente no cumprimento dos Contratos de Programa vigentes.

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Alguns dos principais números sobre a dimensão da Companhia:

Quadro 7 - Evolução das Ligações e Economias de Água – 2015-2020

Especificação		2015	2016	2017	2018	2019	2020
RESIDENCIAL	ligações	708.166	716.777	727.777	718.663	714.726	737.773
	economias	973.580	990.564	1.015.852	1.011.656	1.015.959	1.054.249
COMERCIAL	ligações	40.124	40.772	41.883	41.394	41.177	42.785
	economias	93.958	95.381	96.759	94.270	92.596	103.084
INDUSTRIAL	ligações	5.212	5.186	5.280	5.153	5.143	5.595
	economias	6.226	6.178	6.271	6.109	6.085	6.679
PÚBLICA	ligações	12.262	12.595	12.724	12.456	12.319	12.563
	economias	14.799	15.264	15.383	15.008	14.836	15.185
TOTAL ÁGUA	ligações	765.764	775.330	787.664	777.666	773.366	798.716
	economias	1.088.563	1.107.387	1.134.265	1.127.043	1.129.476	1.179.197
Crescimento Anual - Ligações		2,01%	1,25%	1,59%	-1,27%	-0,55%	3,28%
Crescimento Anual - Economias		2,77%	1,73%	2,43%	-0,64%	-0,22%	4,40%
Índice de Hidrometração		99,54%	99,57%	99,57%	99,56%	99,59%	99,60%

Fonte: SCI

A evolução do número de ligações e economias de água, conforme demonstrado no Quadro 7, é decorrente do crescimento vegetativo da população de Santa Catarina, bem como da ampliação do alcance dos Sistemas de Abastecimento de Água.

Quadro 8 - Evolução do Volume Faturado de Água por Categoria – 2015-2020 (1.000m³)

Categoria	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	141.338	145.277	147.369	148.044	147.899	127.799
Comercial	16.378	16.796	16.793	16.777	16.541	12.161
Industrial	3.027	2.828	2.769	2.765	3.187	2.992
Pública	22.444	23.836	26.233	26.581	24.322	22.256
Total	183.186	188.736	193.164	194.167	191.948	165.208
Varição Anual	0,66%	3,03%	2,35%	0,52%	-1,14%	-13,93%

Fonte: SCI

Em 2020 percebe-se uma redução significativa no percentual de variação anual no volume faturado de água em 2020 devido à mudança da Estrutura Tarifária ocorrida em 2019 e a consequente eliminação do faturamento mínimo de 10m³.

Quadro 9 - Evolução das Ligações e Economias de Esgoto – 2015-2020

Especificação		2015	2016	2017	2018	2019	2020
RESIDENCIAL	ligações	64.222	70.400	78.024	82.327	87.094	89.295
	economias	181.416	193.970	211.439	220.696	231.326	239.373
COMERCIAL	ligações	9.140	9.730	10.453	11.064	11.455	11.877
	economias	31.363	32.322	33.716	33.777	33.583	41.612
INDUSTRIAL	ligações	670	711	749	744	744	777
	economias	864	905	943	947	956	1.123
PÚBLICA	ligações	1.403	1.507	1.623	1.772	1.854	1.930
	economias	2.013	2.149	2.344	2.495	2.584	2.767
TOTAL ESGOTO	ligações	75.435	82.348	90.849	95.907	101.147	103.879
	economias	215.656	229.346	248.442	257.915	268.449	284.875
Crescimento Anual - Ligações		5,23%	6,21%	9,16%	10,32%	5,46%	2,70%
Crescimento Anual - Economias		5,68%	5,32%	6,35%	8,33%	4,08%	6,12%

Fonte: SCI

A evolução das ligações e economias de esgoto é decorrente do crescimento vegetativo da população catarinense, bem como da ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES). Alguns sistemas que entraram em operação em 2020 favoreceram o percentual de crescimento: São José (bairros Bela Vista, Centro Histórico e Ponta de Baixo), Lauro Müller, São Domingos, Balneário Piçarras, Florianópolis (Costa Sul/Leste, Portal do Ribeirão) e Entre Rios.

Quadro 10 - Evolução do Volume Faturado de Esgoto por Categoria – 2015-2020 (1.000m³)

Categoria	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	25.460	27.146	29.544	31.044	32.428	28.263
Comercial	5.543	5.749	5.964	6.127	6.270	4.377
Industrial	295	300	323	342	636	291
Pública	1.797	1.842	2.074	2.093	2.201	1.674
Total	33.095	35.037	37.905	39.606	41.536	34.606
Varição Anual	2,26%	5,87%	8,19%	4,49%	4,87%	-16,68%

Fonte: SCI

Em 2020 observa-se uma redução significativa no volume faturado de esgoto, devido à mudança na Estrutura Tarifária e a consequente eliminação do faturamento mínimo de 10m³.

ACONTECIMENTOS

Gigantescos desafios marcaram o ano de 2020 para a CASAN, como a pandemia do novo coronavírus e a mais prolongada estiagem em toda a história da Companhia. Enfrentando as duas ocorrências com ações e investimentos, em meio à implantação de uma nova cultura de consumo de água no Estado estimulada pela nova Estrutura Tarifária, que privilegia o uso consciente, a Companhia chegou ao final do ano contabilizando uma série de feitos que a tornam mais resiliente e preparada para ingressar na nova fase do saneamento do país, na qual uma acirrada disputa de mercado permite à iniciativa privada escolher os municípios em que vai atuar, preferencialmente os superavitários.

Em apenas 15 dias, posteriores à confirmação da chegada do vírus COVID-19 ao país, a Companhia informatizou seus principais atendimentos, ampliando a comunicação remota para 100% dos serviços e simplificando todos os processos em seu site (www.casan.com.br). Assim, o atendimento a distância começou em 14/04/2020, sendo que no ano de 2020 foram recebidas aproximadamente 47.000 solicitações, considerando os serviços de 2ª via da fatura, verificação de débitos, quitação anual e certidão negativa. Comunicados sobre abastecimento de água não foram contabilizadas nesta estatística.

Alinhadas ao Governo do Estado, uma série de outras ações foram adotadas para favorecer o público em meio ao combate à Covid-19, como a suspensão dos cortes por inadimplência e a isenção de pagamentos dos beneficiários da Tarifa Social.

ESTIAGEM AGUDA

Em paralelo ao vírus que assombrou o mundo, Santa Catarina enfrentou uma estiagem iniciada em junho de 2019 e que se prolongou até novembro de 2020. Municípios como Chapecó, Lauro Müller, São Joaquim, São Miguel do Oeste e dezenas de outros tiveram de adotar racionamento ou manobras operacionais, gerando um desconforto que só não foi maior graças à prontidão das equipes e aos investimentos de urgência.

Planos de Ações Emergenciais de Estiagem incluíram dragagens nas captações, transposição de água, implantação de novas adutoras, perfuração de poços e instalações de grandes bombas, como as do Sistema Integrado de Abastecimento da Grande Florianópolis, que retiraram o protagonismo do Rio Pilões para transferi-lo para a captação do Rio Cubatão, um manancial menos susceptível à estiagem.

Para preservar a Lagoa do Peri, patrimônio ambiental do Estado, a Companhia reduziu em 50% a captação de água no manancial, valendo-se de sistemas alternativos com poços, boosters (motobombas), novas redes e intensivas campanhas para mostrar a importância do uso consciente de água.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Em 2020 foi possível entregar mais seis Sistemas de Esgotamento Sanitário ao Estado: Balneário Piçarras, Concórdia, Lauro Müller, as ampliações em Chapecó, para o Bairro Efapi, e em São José, para o Centro Histórico e Ponta de Baixo. Foi ainda concluída a reformulação da rede do Sistema de Itá.

Em paralelo, avançaram para etapas de finalização os sistemas de Araquari (Bairro Itinga), Barra do Sul, Curitiba, Ibirama, Indaial, Ingleses, Ipira-Piratuba, Criciúma (Bairro São Luiz e Próspera) e Rio do Sul.

PARCERIAS DE CAPACITAÇÃO

O ano também foi marcado por avanços na área de inovação, modernização, capacitação e governança. Convênios assinados com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e com o sistema ACAFE estimulam o desenvolvimento regional sustentável ao viabilizar atividades que contribuam para a produção científica e tecnológica, inovação, difusão do conhecimento e capacitação profissional. A parceria técnica prevê o desenvolvimento de cursos, projetos e eventos de interesse comum, assim como a realização de estágios e o intercâmbio de membros das instituições.

Protocolo ratificado pelos governadores de Santa Catarina e Paraná abriu caminho inédito para a execução conjunta de ações da CASAN e da Sanepar nos municípios próximos da linha divisória. A parceria contempla ações operacionais, pesquisa, desenvolvimento e inovação, estimulando o compartilhamento de instalações das duas empresas com o objetivo de prestar serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto ainda melhores para os moradores que vivem no limite dos dois Estados.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Um dos destaques do ano foi o acionamento da Estação de Tratamento de Água de São Bonifácio por meio de um celular. O que era uma antiga unidade, foi totalmente revitalizada e transformada em uma ETA de Ciclo Completo (com floculador, decantador, filtros e tanque de contato), triplicando a quantidade e aumentando a qualidade da água que é distribuída no município da Grande Florianópolis. Essa ETA é automatizada e monitorada de forma on-line. Outro avanço tecnológico foi obtido no pequeno município de Angelina, onde a unidade de tratamento de água também foi entregue sob o signo da inovação, sendo a primeira em um sistema público com o processo de ultrafiltração por membranas, que garante a remoção de partículas microscópicas da água bruta, sem a necessidade do uso de produtos químicos.

ANÁLISES CERTIFICADAS

Fundamentais para o monitoramento da água e dos efluentes tratados, laboratórios da empresa receberam em 2020 selos de qualificação. O Laboratório Regional de Chapecó obteve do Inmetro a "Acreditação na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017", que eleva a níveis internacionais as análises da água bruta e tratada no Oeste do Estado.

O Laboratório de Efluentes da Superintendência Metropolitana da Grande Florianópolis recebeu a Certidão de Reconhecimento do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). O documento comprova que o laboratório segue a NBR ISO/IEC 17.025/2017, norma de padronização das atividades de ensaio e calibração.

PLANEJAMENTO HÍDRICO

Em 2020 não foi possível avançar como se pretendia no número de novos Contratos de Programa, pois a votação no Congresso e os vetos presidenciais ao Marco Legal do Saneamento deixaram o tema indefinido e sub suspense, mas é razoável lembrar que a CASAN tem 49 (quarenta e nove) contratos firmados até o momento, que asseguram aproximadamente 70% da arrecadação da Companhia pelos próximos anos.

Por outro lado, a Companhia recebeu ao final do ano de 2020 uma ótima notícia em termos de sustentabilidade empresarial, quando o Governo do Estado elegeu o Planejamento Hídrico como uma de suas prioridades, anunciando investimentos na ordem de R\$ 1,7 bilhão para a rubrica. Por esse motivo, o Projeto Rio Chapecozinho pôde finalmente sair do papel.

No dia 3 de dezembro, depois de oito anos de tramitações complexas, a Ordem de Serviço do Chapecozinho enfim foi assinada, autorizando com recursos estaduais o início da maior obra de abastecimento de água de Santa Catarina, para beneficiar mais de 500 mil habitantes de Chapecó, Cordilheira Alta, Xanxerê e Xaxim.

RUMO AO CINQUENTENÁRIO

Tão ou mais importante quanto os aportes financeiros são os resultados ambientais colhidos pela Companhia ao longo do ano. São melhorias oriundas de todas as regiões, como a ampliação do Consórcio Iberê de preservação de matas nativas no Oeste ou os números finais do Trato pelo Capivari, programa de fiscalização e conscientização ambiental que evitou que 86,3 milhões de litros de esgoto (o equivalente a 17.249 caminhões limpa-fossa) poluíssem o principal rio da Praia dos Ingleses, em Florianópolis, uma das principais do Estado.

Os resultados alvissareiros já renderam outros filhos ambientais, como o Trato por Laguna, e o Trato pela Lagoa da Conceição, projetos que vão render frutos em 2021, ano em que a CASAN celebra seu primeiro Cinquentenário. O Trato pelo Saneamento é um amplo programa de Educação Ambiental aberto a todos os públicos: ensino infantil, básico, regular, técnico, universitário, corporativo e para a comunidade em geral. O objetivo é dialogar com a sociedade e ajudá-la a entender os processos envolvidos em ações de saneamento, criando um vínculo entre educação, meio ambiente, ética e boas práticas sociais, envolvendo a CASAN e seus usuários através do conhecimento. Só o conhecimento é capaz de fazer as pessoas repensarem práticas e mudarem hábitos.

NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA

Ao final de 2019, as Agências Reguladoras autorizaram a CASAN a implantar, até março de 2020, uma nova Estrutura Tarifária. Com critérios, conceitos e valores instituídos pelas Agências Reguladoras, o novo modelo privilegia o uso consciente de água, estimulando uma mudança cultural nos municípios atendidos.

A principal mudança é a extinção da tarifa de volume mínimo de 10 metros cúbicos e a implantação de uma Tarifa

Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura (TFDI), de R\$ 29,49, que é acrescida dos novos valores por m³ referentes ao consumo medido.

Quadro 11 – Tabela tarifária CASAN

Intervalo R\$ / m ³	Residencial	Residencial Social	Comercial	Micro Peq. Comércio	Industrial	Público Órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Pública Especial Entidades assistenciais e sem fins lucrativos
TFDI* R\$ / mês	29,49	5,50	29,49	29,49	29,49	29,49	8,84
1 a 10	1,96	0,37	4,34	3,06	4,34	4,34	1,30
11 a 25	9,11	2,61	12,18	12,18	12,18	12,18	3,65
26 a 50	12,18	12,18	12,18	12,18	12,18	12,18	3,65
Acima de 50	15,32	15,32	15,32				

*TFDI-Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura (multiplicada pelo número de unidades de consumo).

Princípios da Nova Estrutura Tarifária

- Estimulo ao uso mais consciente de água;
- Valores mais adequados ao consumo de cada família ou imóvel;
- Atendimento a uma demanda histórica da sociedade;
- Alinhamento a uma tendência nacional de extinguir um consumo mínimo;
- Manter o atual preço médio da água.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

No exercício de 2020 a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão em razão da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Esse valor é 1,7% superior ao apurado no exercício anterior, abaixo do último reajuste. A mudança de perfil de consumo dos usuários, que possuem valores das faixas tarifárias diferentes, fez o valor faturado total da CASAN variar, enquanto o volume fornecido se manteve em patamares similares ao do ano anterior. Também podemos apontar que o consumo sazonal ocorrido em dezembro na região litorânea de Santa Catarina, por conta da pandemia e restrições sociais, não foi o que se registrava em anos anteriores.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 80% da receita obtida em 2020, ou seja, aproximadamente R\$ 1 bilhão. Outros R\$ 235 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 19% da receita apurada no ano. Além disso, a CASAN auferiu R\$ 18 milhões (1%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por impuntualidade, consertos de hidrômetros, etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 983 milhões em 2020, um incremento de 2% em relação ao exercício anterior. Um fator importante que contribuiu para esse acréscimo foi a mudança do produto químico utilizado em algumas Estações de Tratamento de Água com vistas ao ganho operacional. Observou-se acréscimo também no resultado financeiro da Companhia, apurado em R\$ 107 milhões no ano. A importante apreciação cambial verificada em 2020, reflexo da pandemia do Covid-19, foi o principal fator que conduziu à elevação de 18% no resultado financeiro no período.

O lucro antes dos impostos sobre o resultado apurado em 2020, na ordem de R\$ 170 milhões, é 6% inferior ao apurado no ano anterior, refletindo a elevação de custos e despesas, inclusive as financeiras, acima do incremento observado na receita. Da mesma forma, verificou-se decréscimo de 6% no resultado líquido apurado no exercício, o qual passou de R\$ 119 milhões em 2019 para R\$ 112 milhões em 2020.

Quadro 11 – Comparativo resultado CASAN 2015 – 2020

Comparativo dos Resultados CASAN – 2015 a 2020 (R\$ mil)						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Operacional	878.897	1.011.284	1.126.217	1.197.061	1.239.629	1.261.014
Custos / Despesas	(772.426)	(849.821)	(1.090.889)	(1.264.126)	(968.361)	(983.786)
Resultado Financeiro	(95.413)	(124.562)	(71.703)	(128.549)	(90.757)	(107.021)
Resultado antes do IR e da CSLL	11.058	36.901	(36.375)	(195.614)	180.511	170.207
Resultado Líquido do Exercício	10.936	28.374	(28.478)	(119.225)	119.686	112.504

Analisando os indicadores apurados em 2020, conforme apresentado no quadro abaixo, é possível verificar resultados melhores: no ativo total, no patrimônio líquido, na receita operacional líquida, no EBITDA, no EBIT, e na margem EBITDA.

Em contrapartida, os endividamentos financeiros da Companhia, a relação dívida líquida/EBITDA e a representatividade dos seus impostos sobre a receita elevaram-se e o lucro líquido, as demais margens, a rentabilidade patrimonial, a geração de caixa e tanto a liquidez geral quanto a corrente reduziram-se no ano.

Esse cenário reflete o movimento de ampliação do atendimento de esgotamento sanitário – já que boa parte dos investimentos está sendo realizada com recursos financiados – e os reflexos econômicos e financeiros da pandemia do Covid-19.

Quadro 12 – Resultado dos Indicadores CASAN 2015 – 2020

Indicadores Econômicos CASAN – 2015 a 2020						
INDICADORES	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo Total (AT)	2.668.241	2.898.526	3.226.243	3.326.896	3.559.018	3.767.464
Patrimônio Líquido (PL)	1.278.823	1.339.061	1.306.667	1.246.082	1.257.038	1.324.157
Receita Operacional Líquida (ROL)	796.924	917.429	1.020.802	1.085.552	1.124.024	1.143.679
Lucro Líquido (LL)	10.936	28.374	(28.478)	(119.225)	119.686	112.504
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,51	0,53	0,59	0,62	0,64	0,64
EBITDA	171.262	230.392	110.150	14.726	364.821	393.527
EBIT	106.472	161.463	35.328	(67.064)	271.269	277.228
Geração de Caixa	190.635	171.135	84.666	96.779	374.057	342.802
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,28	0,32	0,36	0,35	0,36	0,39
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,05	0,04	0,16	0,24	0,09	0,17
Margem Bruta (LB/ROL)	51,42%	55,04%	55,94%	55,78%	55,08%	50,85%
Margem Operacional (LO/ROL)	1,42%	3,97%	-3,58%	-18,04%	16,11%	14,69%
Margem Líquida (LL/ROL)	1,37%	3,09%	-2,79%	-10,98%	10,65%	9,84%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	21,49%	25,11%	10,79%	1,36%	32,46%	34,41%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	0,84%	2,09%	-2,15%	-9,42%	9,38%	8,37%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,41	0,39	0,40	0,35	0,35	0,31
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,72	1,58	1,37	0,87	1,32	0,87
Dívida Líquida / EBITDA	2,9	3,9	9,0	73,4	3,0	3,5
Impostos/Receita Bruta1	10,29%	11,56%	9,36%	9,32%	13,12%	14,70%

1 Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL

Obs. 1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

POLÍTICA TARIFÁRIA

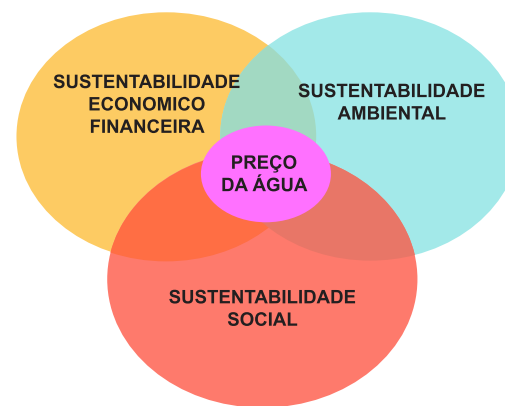
A política tarifária tem como referência uma tabela tarifária única, separada por categorias de consumidores e com escalas por faixas/quantidades crescentes de consumo, vigente para todos os municípios em que a Companhia detém a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Essa política, de grande relevância para a sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro dos SAA e/ou SES nos municípios onde a CASAN atua, visa oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para

todos os cidadãos atendidos. Ao mesmo tempo, busca inibir consumo supérfluo, evitar desperdício de recursos e gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização (modelo fundamentado no Decreto Federal nº 7.217/2010 e aprovado pelas Agências Reguladoras).

FIGURA REPRESENTATIVA DO EQUILÍBRIO ENTRE SUSTENTABILIDADE E PREÇO DA ÁGUA (Com base na Lei 11.445/07 e decreto 7.217/10).

Figura 1 – Equilíbrio entre sustentabilidade e preço da água



Para manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, que é constantemente alterado devido às perdas inflacionárias, às mudanças de mercado e à necessidade de cumprir metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de ampliação e melhoria dos SAA e SES, a CASAN tem assegurado o direito de solicitar às Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses.

No ano de 2020, devido à pandemia de coronavírus, e conforme determinado pela LEI ESTADUAL Nº 18.025, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020, a CASAN não aplicou reajuste tarifário.

Quadro 13 - Realinhamento Tarifário - 2015 a 2020

Ano de reajuste	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Percentual (%)	11,94	10,81	6,08	4,39	2,61	0,0

Tarifa Social

A denominada Tarifa Social, com valor subsidiado pelas demais categorias, possui valor reduzido equivalente a aproximadamente 20% da tarifa residencial. Essa tarifa é destinada à população de baixa renda, visando a inclusão social pela facilitação ao acesso dos serviços de saneamento, melhorando a qualidade de vida e gerando reflexos diretos na saúde e no bem-estar.

Com a Nova Estrutura Tarifária, os quesitos para enquadramento na Tarifa Social foram revisados conforme determinado pelas Agências Reguladoras, requerendo que os usuários comprovem junto à CASAN:

- Ser enquadrado na Categoria Residencial;
- Ter rendimento familiar total de até 02 (dois) salários mínimos;
- Ser inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Em dezembro de 2020, a CASAN possuía enquadrado na Tarifa Social um total de 7.180 ligações. A Tarifa Social possui prazo de validade de 24 meses, sendo que todos os usuários enquadrados devem, a cada 24 meses, realizar o recadastramento do benefício.

INVESTIMENTOS EXECUTADOS

A CASAN investiu aproximadamente R\$ 376 milhões em 2020, dos quais a maior parte foi aplicada em Sistemas de Esgotamento Sanitário (72%). O valor investido no ano supera o aplicado no ano anterior em aproximadamente R\$ 131 milhões, refletindo os gastos com a execução do Plano de Investimentos da Companhia. O Quadro 14 e os detalhes dos investimentos a seguir trazem mais informações:

Quadro 14 - Evolução dos Investimentos – 2015 a 2020 - (R\$ 1.000)

Distribuição dos Investimentos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total no Período	%
Água	84.246	66.453	75.285	33.933	52.471	77.243	389.631	24
Esgoto	187.628	158.446	159.887	173.352	192.600	270.525	1.142.438	69
Outros	32.455	15.261	13.259	31.076	0	28.029	120.080	7
Total	304.329	240.160	248.431	238.361	245.071	375.797	1.652.149	100

Maiores Investimentos Executados nos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES):

Os principais investimentos de SES foram executados nos seguintes municípios, com os objetivos, conforme apresentado no Quadro 15.

Quadro 15 – Principais Investimentos em Esgotamento Sanitário

MUNICÍPIO	SISTEMA	OBRA
ARAQUARI	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário - Itinga
BALN. BARRA DO SUL	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
BALNEÁRIO PIÇARRAS	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
CONCÓRDIA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
CRICIÚMA	Esgoto	Ampliação da Rede e da Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário
CURITIBANOS	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
CHAPECÓ	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
IBIRAMA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
INDAIAL	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
IPIRÁ/PIRATUBA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
LAGUNA	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
LAURO MULLER	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
RIO DO SUL	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
SÃO JOSÉ	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Além das grandes obras de esgotamento destacadas anteriormente, foram realizados diversos investimentos significativos nos municípios, especialmente para a manutenção e melhoria da prestação dos serviços, dos quais se destacam: extensões, melhorias e manutenções de redes, perfuração de novos poços, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos como bombas submersíveis, bombas dosadoras, moto bombas entre outras.

OS PRÓXIMOS ANOS

Dando prosseguimento à política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento. A Companhia visa compatibilizar as metas estabelecidas nos Planos de Saneamento (PMSB) dos municípios atendidos e sua capacidade de investimento e, assim, atingir, mesmo que com atraso, a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito à universalização dos serviços prestados.

O CAPEX da CASAN prevê de 2020 a 2023 a realização de investimentos com recursos da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros. O quadro abaixo apresenta a distribuição desses investimentos com recursos externos. Além deles, há parcela significativa de recursos próprios, os quais são aplicados na forma de contrapartida, encargos decorrentes dos financiamentos ou na realização integral de investimentos.

A CASAN prevê aplicar mais de R\$ 600 milhões de recursos próprios nesse período, totalizando um CAPEX superior

a R\$ 1 bilhão até 2023. O Quadro 16 apresenta os recursos externos já assegurados para os próximos anos.

Quadro 16 - FONTES DE RECURSOS PARA O PLANO DE INVESTIMENTOS

FONTES DOS RECURSOS EXTERNOS	(R\$ 1.000)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)	112.123
AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - (AFD)	84.975
AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO - (JICA)	254.010
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	35.511
TOTAL	486.620

Os investimentos planejados para o período poderão ainda ser elevados se as novas obras programadas para implantação e ampliação dos serviços de esgotamento sanitário conseguirem prazos otimizados em seus licenciamentos e demais etapas.

Com estes investimentos programados e em execução, a área técnica projeta atingir o índice próximo de 40% para cobertura urbana de esgoto até o ano de 2023.

Diretrizes elencadas para aumento de eficiência

Estando próxima de completar 50 anos, a Companhia tem o sucesso no cumprimento de sua Missão impulsionado pelo capital humano qualificado, know-how técnico-operacional, observância de padrões de exigência e busca efetiva de transparência no negócio.

Para desenvolver suas competências, a empresa reviu seu Planejamento Estratégico e reafirmou que tem como MISSÃO: "Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável".

A Companhia deseja ser motivo de orgulho para os catarinenses tendo como VISÃO: "Ser reconhecida como empresa de excelência na prestação de serviços de saneamento, de forma, sustentável, competitiva e inovadora, com

foco no cliente e em saúde pública".

Os princípios que expressam a filosofia da empresa são baseados em seus VALORES: "Sustentabilidade, Integridade e Ética, Profissionalismo e Competência, Transparência, Impessoalidade e Inovação".

Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez operacional, a CASAN continuará trabalhando para obter eficiência e produtividade. Nesse sentido, elegeu em sua Estratégia de Longo Prazo para o período de 2020 a 2024 os principais campos em que serão desenvolvidas iniciativas, que visarão não somente a melhoria em diversas atividades, mas também a redução de custos, focada no aprimoramento dos eixos estruturantes do negócio para alcance dos seguintes objetivos:

Usuários e Poder Concedente

- Expandir os serviços, manter e recuperar mercado;
- Fortalecer a imagem da CASAN e a satisfação com serviços.

Financeira

- Garantir e otimizar o equilíbrio econômico-financeiro.

Processos Internos

- Aperfeiçoar processos operacionais e administrativos;
- Aumentar a qualidade dos produtos e serviços;
- Aumentar atuação com responsabilidade socioambiental.

Aprendizado e crescimento

- Desenvolver e valorizar o capital humano;
- Implantar a inovação.

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina estão alinhadas com estas iniciativas que visam garantir a sustentabilidade econômico-financeira e operacional, bem como a capacidade de investimento, fundamental para que a Companhia leve seus serviços a cada vez mais usuários.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/20	31/12/19	31/12/18		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	2.300	6.013	4.902	Empréstimos e financiamentos (nota 15)	254.303	119.832	275.841
Títulos e valores mobiliários (nota 8)	130.394	189.509	82.913	Fornecedores e empreiteiros	37.107	47.496	43.586
Contas a receber de clientes (nota 9)	214.286	204.443	204.621	Partes relacionadas (nota 21)	-	-	25.539
Partes relacionadas (nota 21)	4.238	10.083	7.710	Obrigações trabalhistas e previdenciárias (nota 16)	42.097	39.169	39.868
Estoques (nota 10)	48.521	47.566	42.332	Plano de demissão voluntária incentivada (nota 20)	72.898	71.395	68.701
Impostos e contribuições antecipados/recuperar (nota 11)	80.405	58.648	41.364	Impostos e contribuições a recolher (nota 17)	84.953	65.296	18.596
Outros (nota 11)	17.317	18.730	32.426	Dividendos propostos (nota 23d)	65.952	36.645	5.620
	497.461	534.992	416.268	Participações estatutárias	-	-	26
				Contratos de Arrendamento Mercantil (nota 3q)	12.166	23.103	
NÃO CIRCULANTE				Outros	1.726	1.520	1.610
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					571.202	404.456	479.387
Títulos e valores mobiliários (nota 8)	-	12.867	48.070	NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes (nota 9)	8.976	15.386	15.039	Empréstimos e financiamentos (nota 15)	1.200.132	1.150.175	883.039
Depósitos dados em garantia (nota 19)	102.182	95.304	96.702	Partes relacionadas (nota 21)	54.489	57.722	45.684
Ativo fiscal diferido (nota 13)	96.007	91.264	110.399	Impostos e contribuições a recolher (nota 17)	20.031	27.432	34.653
Ativo financeiro (nota 12)	20.079	28.694	38.164	Plano de Demissão Voluntária Incentivada (nota 20)	308.603	373.358	418.214
Direito de Uso de Bem (nota 3q)	16.466	27.278	-	Obrigações trabalhistas, previd. e participações (nota 16)	3.177	3.177	-
	243.710	270.793	308.374	Provisão para contingências (nota 19)	75.727	82.475	81.204
				Imposto de Renda e contribuição social diferidos (nota 18)	76.946	82.288	87.680
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (nota 14)				Plano Previdenciário (nota 20)	108.248	97.379	31.769
Investimentos	304	304	304	Contratos de Arrendamento Mercantil (nota 3q)	5.492	4.175	
Imobilizado	39.653	40.876	47.689	Outros	-	83	83
Intangível	1.749.050	1.759.001	1.531.404	Receita diferida (nota 22)	19.260	19.260	19.101
Obras em andamento	1.237.286	953.052	1.022.857		1.872.105	1.897.524	1.601.427
	3.026.293	2.753.233	2.602.254	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.270.003	3.024.026	2.910.628	Capital Social (nota 23a)	884.947	842.267	842.267
				Adiantamento para futuro aumento de capital	3.269	45.887	45.887
TOTAL DO ATIVO	3.767.464	3.559.018	3.326.896	Reserva de reavaliação	85.213	87.418	89.751
				Ajuste de avaliação patrimonial	114.478	131.235	148.848
				Reserva legal	23.540	17.915	11.931
				Reserva para Fundos de Investimentos	309.133	222.522	129.446
				Outros resultados abrangentes (ORA)	(96.423)	(90.206)	(22.048)
					1.324.157	1.257.038	1.246.082
				TOTAL DO PASSIVO	3.767.464	3.559.018	3.326.896

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 24)	1.143.679	1.124.024
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(562.124)	(504.931)
LUCRO BRUTO	581.555	619.093
Com vendas	(89.791)	(88.071)
Gerais e administrativas	(227.589)	(253.483)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 28)	13.053	(6.270)
	(304.327)	(347.824)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS (nota 6)	277.228	271.269
RESULTADO FINANCEIRO (nota 27)		
Receitas financeiras	9.629	19.139
Despesas financeiras	(116.650)	(109.897)
	(107.021)	(90.758)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	170.207	180.511
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(68.047)	(47.082)
Diferido	10.344	(13.743)
	(57.703)	(60.825)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	112.504	119.686
Participações estatutárias	-	-
(PREJUÍZO) /LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	112.504	119.686
Quantidade de ações (em milhares)	751.331	715.094
Prejuízo/Lucro por ações (em reais)	0,14974	0,16737
LUCRO (PREJUÍZO) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)		
LUCRO (PREJUÍZO) Básico por Ação		
Ações Ordinárias Nominativas	0,14266	0,15940
Ações Preferenciais Nominativas	0,15682	0,17534
LUCRO (PREJUÍZO) Diluído por Ação		
Ações Ordinárias Nominativas		
Ações Preferenciais Nominativas		

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019
1- RECEITAS	1.236.737	1.209.976
1.1- Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.261.013	1.239.630
1.2- Outras receitas (despesas) operacionais	13.053	(6.270)
1.3- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.329)	(23.384)
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(391.703)	(385.163)
2.1- Custos dos produtos, das mercadorias e dos produtos vendidos	(171.445)	(145.490)
2.2- Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(197.699)	(228.065)
2.3- Outras despesas gerais	(22.559)	(11.608)
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	845.034	824.813
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(116.299)	(93.552)
4.1 Depreciação e amortização	(96.613)	(88.657)
4.2 Depreciação - crédito de tributos	(5.941)	(4.895)
4.3 Amortização direito de uso de bens	(13.745)	
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	728.735	731.261
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	9.629	19.139
6.1- Receitas financeiras	9.629	19.139
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	738.364	750.400
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	738.364	750.400
8.1- Pessoal	285.102	294.977
8.1.1- Remuneração direta	200.717	193.953
8.1.2- Benefícios	61.193	58.076
8.1.3- FGTS	15.114	14.597
8.1.4- Plano demissão voluntária incentivada	8.078	28.351
8.2- Impostos, taxas e contribuições	224.108	225.840
8.2.1- Federais	223.972	225.687
8.2.2- Estaduais	126	131
8.2.3- Municipais	10	22
8.3- Remuneração de capital de terceiros	116.650	109.897
8.3.1- Juros	72.973	109.802
8.3.2- Outras	43.677	95
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	43.312	(29)
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	-	-
8.3.2.3. Outras despesas financeiras	365	124
8.4- Remuneração de capitais próprios	112.504	119.686
8.4.2 Dividendos	29.307	31.025
8.4.3 (Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	83.197	88.661

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Período	112.504	119.686
Realização da reserva de reavaliação	(15.710)	(15.859)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(8.614)	(9.470)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	5.342	5.392
Outros Resultados Abrangentes	(6.217)	(68.167)
Resultado Abrangente do Período	87.305	31.582

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Resultados Abrangentes				Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	842.267	89.751	148.848	(22.048)	11.931	129.446	45.887	-	1.246.082
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.521)	(12.338)					15.859	(9.470)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(9.470)						
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.197	4.195					(5.392)	
Outros Ajustes		(9)						(68)	(77)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)				(68.158)					(68.158)
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício								119.686	119.686
Destinação dos Lucros (Prejuízo)									-
Reserva para fundo de investimentos						93.076		(93.076)	-
Reserva legal					5.984			(5.984)	-
Dividendos propostos								(31.025)	(31.025)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	842.267	87.418	131.235	(90.206)	17.915	222.522	45.887	-	1.257.038
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020	842.267	87.418	131.235	(90.206)	17.915	222.522	45.887	-	1.257.038
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.372)	(12.338)					15.710	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(8.614)						(8.614)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.147	4.195					(5.342)	
Baixas de ativos reavaliados		20						(20)	
Outros Ajustes								(1.309)	(1.309)
Outros resultados abrangentes (ORA)				(6.217)					(6.217)
Aumento de Capital	62								62
Realização de Ações a Subscriver	42.618						(42.618)		
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício								112.504	112.504
Destinação dos Lucros (Prejuízo)									-
Dividendos propostos								(29.307)	(29.307)
Reserva legal					5.625			(5.625)	
Reserva para fundo de investimentos						86.611		(86.611)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	884.947	85.213	114.478	(96.423)	23.540	309.133	3.269	-	1.324.157

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício	112.504	119.686
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	96.613	88.658
Depreciação - crédito de tributos	5.941	4.895
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.084)	13.743
Provisão para contingências	(956)	1.271
Varição Cambial não Realizada	43.312	
Alienação imobilizado	196	538
	241.734	228.791
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(3.432)	(169)
Partes relacionadas	5.845	(2.373)
Estoques	(5.234)	(5.234)
Ativo financeiro	8.614	9.470
Depósitos dados em garantia	(6.876)	1.398
Impostos e contribuições a recuperar	(21.757)	(17.284)
Convênios com prefeituras	-	3
Direito de Uso de Bem	10.811	(27.278)
Outros	1.411	13.693
	(6.340)	(27.774)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e empreiteiros	(10.389)	3.910
Partes relacionadas	(3.234)	(13.500)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.928	2.451
Impostos e contribuições a recolher	12.255	39.481
Plano de demissão voluntária incentivada	(63.251)	(42.162)
Plano previdenciário	10.869	65.609
Contratos de Arrendamento Mercantil	(9.619)	27.278
Outros	122	68
	(60.319)	83.135
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	284.152	284.152
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições de Imobilizado e Intangível	(225.003)	(245.071)
Aplicações financeiras	12.867	35.203
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(212.136)	(209.868)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adições de empréstimos e financiamentos	71.927	647.976
Amortização de empréstimos e financiamentos	(81.617)	(536.849)
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.614)	(9.470)
Outros resultados abrangentes (ORA)	(6.217)	(68.157)
Outros ajustes	(1.246)	(77)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(25.767)	33.423
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(62.828)	107.707
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	195.522	87.815
Caixa e aplicações de liquidez imediata ao final do exercício	132.694	195.522

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e Contratos de Programa;
- Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- Elaborar e executar seus Planos de Ação e de Investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de

Santa Catarina;

- Investir permanentemente na qualificação de seu Quadro Funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica e;
- Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos/convênios de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que 41 municípios já optaram pela municipalização dos serviços.

A CASAN tem trabalhado ao longo deste período na formalização do Convênio de Cooperação para Gestão Associada e Contratos de Programa, visando atender aos princípios estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007.

Dos municípios que saíram do Sistema CASAN, alguns retornaram - Barra Velha, Garopaba, Chapecó, Porto Belo e Içara - e dois novos municípios – Lajeado Grande e Tigrinhos - firmaram Convênio com a CASAN.

A Companhia trabalha incessantemente no sentido de estabelecer com os municípios a regularização da relação jurídica firmando os Contratos de Programa. Neste sentido, 49 (quarenta e nove) Contratos de Programa foram firmados até 31 de dezembro de 2020, representando cerca de 70% das receitas totais da Companhia.

Atualmente a Companhia opera em 195 municípios, sendo 194 no Esta-

do de Santa Catarina e 01 município no Estado do Paraná. Deste total, 183 permanecem com Contratos e/ou Convênios vigentes, nove (09) com a concessão vencida (Barracão, Botuverá, Concórdia, Cunha Porã, Lebon Régis, Mafrá, Major Gercino, Maracajá e Santa Rosa de Lima) e três (03) sem Convênios: Calmon, Formosa do Sul e Paraíso.

Abaixo estão demonstrados o quantitativo de municípios que terão seu prazo de vencimento expirado por ano:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2021	5	2040	3
2022	5	2041	2
2023	7	2042	11
2024	7	2043	10
2025	3	2044	7
2026	2	2045	3
2027	2	2046	8
2028	11	2047	5
2029	4	2048	11
2030	11	2049	13
2031	2	2050	7
2032	4	2051	0
2033	1	2052	1
2034	7	2053	1
2035	2	2054	0
2036	19	2055	1
2037	0	2056	2
2038	3	2057	0
2039	1	2065	2

Total de 183 Municípios

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2021.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

b.1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

b.3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas notas explicativas:

- Nota 09 – Contas a Receber de Clientes
- Nota 13 – Ativo Fiscal Diferido
- Nota 14 – Imobilizado e Intangível
- Nota 19 – Provisão para Contingências
- Nota 20 – Benefícios a Empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

iii. Capital Social

• Ações Ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como Patrimônio Líquido.

• Ações Preferenciais

O capital preferencial é classificado como Patrimônio Líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações Preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As Ações Preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de Ações Ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou

construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia, e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – Impairment

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são, então, avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como Unidade Geradora de Caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetados conforme estabelecido no Planejamento Estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável. Tal procedimento foi adotado em virtude dos Contratos de Concessões e Contratos de Programa preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVÍ – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida em que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

j. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

l. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição. Assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

o. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

p. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q. Direito de Uso – Arrendamento

Com a adoção da norma a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações Financeiras da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no Balanço Patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;

- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;

- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e

- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (12 meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

(i) se teriam ocorrido ajustes por remensuração;

(ii) qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

2 novos contratos foram incluídos, além de reajustes contratuais no ano de 2020. Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2025.

Maturidade dos contratos		
Vencimento das prestações	31/12/2019	31/12/2020
2020	14.023	0
2021	10.900	12.869
2022	1.518	1.923
2023	1.518	1.923
2024	1.518	1.923
2025	0	307

(iii) juros incorridos no período;

Conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

(iv) contraprestações pagas;

O montante liquidado em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 14.065mil.

(v) PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

O passivo de arrendamento foi mensurado, no reconhecimento inicial, pelo valor integral obtido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa de pagamentos de arrendamentos, sem qualquer segregação dos tributos a recuperar;

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020 estão representados da seguinte forma:

ATIVO	2019	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	27.278	2.934	-	(13.746)	16.466
	27.278	2.934	-	(13.746)	16.466
PASSIVO	2019	Revisão / novos contratos	Amortização	Ajuste a valor presente	31/12/2020
Arrendamento mercantil	27.278	2.934	(13.746)	1.192	17.658
	27.278	2.934	(13.746)	1.192	17.658
				Circulante	12.166
				Não circulante	5.492

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se a potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de "incentivos" de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Indexador	31.12.2020	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo						
Financeiro						
Caixa Econômica Federal - Obras	URP	203.301	254.126	152.476	304.952	101.651
BNDES	URTJLP	41.014	51.268	30.761	61.521	20.507
Debêntures	CDI	572.590	715.735	429.441	858.882	286.294

CDI	1,9	2,375	1,425	2,85	0,95
URP	21,76552574	27,20690718	16,32414431	32,64828861	10,88276287
URTJLP	2,051696	2,56462	1,538772	3,077544	1,025848

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Moeda	31.12.2020	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo						
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	Euro	417.168	521.460	312.876	625.752	208.584
Japan International Cooperation Agency - JICA	Ien	261.377	326.721	196.033	392.066	130.689

Euro	6,3779	7,9724	4,7834	9,5669	3,1890
Ien	0,05043	0,0630375	0,0378225	0,075645	0,025215

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2020 os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo;

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis;

Empréstimos e em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Contábil	Contábil	Mercado	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.300	6.013	2.300	6.013
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	130.394	202.376	130.394	202.376
Contas a Receber (líquido de PDD)	214.286	219.829	214.286	219.829
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(775.890)	(779.358)	(775.890)	(779.358)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(678.545)	(490.649)	(678.545)	(490.649)

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis:

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº 19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.025.200	235.813	1.261.013
Deduções da receita bruta	(95.305)	(22.029)	(117.334)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	929.895	213.784	1.143.679
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(473.308)
Lucro bruto			670.371
Depreciação e amortização operacional			(88.816)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(282.811)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			13.053
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			311.797

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.003.206	236.423	1.239.629
Deduções da receita bruta	(93.555)	(22.050)	(115.605)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	909.651	214.373	1.124.024
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(425.962)
Lucro bruto			698.062
Depreciação e amortização total			(88.657)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(331.866)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(6.270)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			271.269

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imobilizado	39.653	40.876
Obras em andamento	1.237.286	953.052
Ativo intangível	1.749.050	1.759.001
Ativos dos segmentos reportados	3.025.989	2.752.929
Total do ativo circulante	497.461	534.992
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	8.976	15.386
Ativo financeiro	20.079	28.694
Depósitos dados em garantia	102.182	95.304
Investimentos	304	304
Títulos e valores mobiliários	0	12.867
Ativo fiscal diferido	96.007	91.264
Direito de Uso de Bem	16.466	27.278
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.767.464	3.559.018

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Metropolitana	389.178	379.803
Sul/Serra	190.262	185.131
Oeste	224.243	223.845
Norte/Vale	221.517	214.427
Total	1.025.200	1.003.206

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Metropolitana	163.739	163.459
Sul/Serra	34.325	36.338
Oeste	29.211	28.382
Norte/Vale	8.539	8.244
Total	235.814	236.423

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Florianópolis	228.301	226.683
Chapécó	60.540	59.309
Criciúma	77.562	75.091
Rio do Sul	26.805	25.814
São José	98.472	94.470
Outros	533.520	521.839
Total	1.025.200	1.003.206

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Florianópolis	128.333	132.399
Chapécó	22.839	23.495
Criciúma	22.147	21.258
Rio do Sul	-	-
São José	35.119	30.771
Outros	27.376	28.500
Total	235.814	236.423

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Despesas		
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	562.124	504.931
Vendas	89.791	88.071
Gerais e Administrativas	227.589	253.483
Total	879.504	846.485

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas		
Água	1.025.200	1.003.206
Esgoto	235.813	236.423
Total	1.261.013	1.239.629

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Bens numerários	1	1
Bancos conta movimento	527	456
Bancos conta arrecadação	1.700	5.519
Bancos conta vinculada	72	37
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	2.300	6.013

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 130.394 (R\$ 202.376 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$ 130.393 em 31 de dezembro de 2020, R\$ 101.593 refere-se à aplicação dos recursos destinados especificamente a obras de expansão, devendo ser aplicado somente para este fim. O restante, R\$ 28.801, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no Ativo Circulante. Caso contrário, estão apresentadas no Ativo Não Circulante.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Consumidores finais	209.318	186.468
Entidades públicas	13.658	17.190
Consumo a faturar	57.449	58.966
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
PCLD	(66.139)	(58.181)
Total Circulante	214.286	204.443
Não circulante		
Consumidores finais	4.944	9.658
Entidades públicas	4.032	5.728
Créditos reconhecidos como perdas	229.032	199.682
(-) Perdas reconhecidas	(229.032)	(199.682)
Total Não circulante	8.976	15.386
Total Contas a Receber de Clientes	223.262	219.829

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2020, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	> 90 dias				Total
		< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	
Comercial	13.464	5.004	2.982	9.722	25.831	57.003
Industrial	2.898	523	173	747	5.103	9.444
Pública	7.436	3.240	2.402	11.534	84.092	108.704
Residencial	71.547	40.919	15.225	44.136	114.005	285.832
Consumo a faturar	57.449	-	-	-	-	57.449
PCLD	-	-	-	(66.139)	(229.032)	(295.171)
Total Contas a Receber	152.794	49.686	20.782	-	-	223.262

a) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2020 a conta apresenta um saldo de R\$ 9.236 (R\$ 5.417 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referentes à Ação Judicial 045.08.000501-7 já foram baixados das contas a receber da Companhia.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no Ativo Circulante.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Materiais em almoxarifado	48.313	47.304
Materiais em poder de terceiros	-	55
Outros	208	207
Total Estoques	48.521	47.566

11. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no Ativo Circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no Ativo Não Circulante.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamentos a fornecedores	5.993	8.590
Convênios com prefeituras	7.256	7.256
Adiantamentos a empregados	1.722	752
Cauções	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.216	1.204
Impostos a recuperar	80.405	58.648
Outros créditos	885	683
Total	97.722	77.378

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12. ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevenindo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos financeiros	Saldo Contábil antes dos ajustes	12.5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes em 2011 a 2020	Saldo Contábil em 31/12/2020
Balneário Gaivotas	968	121	-	968	-
Bombinhas	6.801	850	4	3.401	3.400
Campo Alegre	573	71	0	573	-
Canelinha	853	107	0	853	-
Capivari de Baixo	120	15	0	120	-
Corupá	639	80	0	639	-
Garuva	508	63	0	508	-
Gravatal	8.267	1.033	2	6.200	2.067
Guabiruba	2.062	258	5	773	1.289
Ilhota	1.498	188	4	747	751
Imbituba	24.816	3.108	2	21.708	3.108
Joinville	96	0	0	96	-
Massaranduba	751	94	0	751	-
Meleiro	241	30	0	241	-
Morro da Fumaça	4.438	555	5	1.664	2.774
Penha	6.337	792	0	6.337	-
Praia Grande	983	123	0	983	-
Presidente Getúlio	1.119	140	0	1.119	-
Princesa	189	24	5	71	118
São Francisco do Sul	6.423	803	0	6.423	-
São José do Cedro	3.585	448	1	3.137	448
Três Barras	675	84	0	675	-
Videira	9.798	1.225	5	3.674	6.124
Total	81.740	10.212		61.661	20.079

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020		Saldos em 31 de dezembro de 2020	
Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	
Tubarão	2005	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivotas	2010	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	Içara	2005	15.000
Canelinha	2009	Balneário do Sul	2013	7.047
Capivari de Baixo	2010	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	São Francisco do Sul	2014	3.584
Guaramirim	2007	Barra Velha	2009	6.000
Itapoá	2007	Itajaí	2005	30.000
Imbituba	2014	Joinville	2005	135.000
Massaranduba	2010	Papanduva	2005	800
Meleiro	2009	Três Barras	2011	2.281
Palhoça	2007	Timbó	2005	5.000
Penha	2012	Itapema	2005	4.000
Praia Grande	2013	São José do Cedro	2014	3.584
Presidente Getúlio	2010	Lages	2005	110.000
João Batista	2005	Garuva	2012	475
Bombinhas	2017	Gravatal	2015	8.308
Princesa	2017	Videira	2018	9.000
Ilhota	2017	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações				503.705

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	C.SLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.139	16.535	5.952	22.487	19.781
Provisão para contingências trabalhistas	14.709	3.677	1.324	5.001	4.930
Provisão para contingências cíveis	61.018	15.254	5.492	20.746	23.112
Prejuízo Fiscal	127.002	31.751	11.430	43.181	43.441
Ajuste a Valor Justo					
Fromage	13.504	3.376	1.216	4.592	-
Total	282.372	70.593	25.414	96.007	91.264

Classificação do ativo diferido:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Realizável a longo prazo	96.007	91.264



A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de setembro de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/ devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Ajuste a Valor Justo	Total
Em 01 de janeiro de 2019	27.609	18.666	64.124	0	110.399
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	433	1.115	(20.683)	0	(19.135)
Em 31 de dezembro de 2019	28.042	19.781	43.441	0	91.264
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	(2.295)	2.706	(260)	4.592	(4.743)
Em 31 de dezembro de 2020	25.747	22.487	43.181	4.592	96.007

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2020 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Intangível por segmento

	31 de dezembro de 2019 Líquido	Depreciação/Amortização	Baixas/Municipalizações e Ajustes	Aquisições/Transf.	31 de dezembro de 2020 Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição	922.265	(48.427)	(144)	51.724	925.418
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	836.736	(46.306)	(5)	33.207	823.632
Total	1.759.001	(94.733)	(149)	84.931	1.749.050

b) Obras em Andamento e Ativos Imobilizados

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em Andamento e Ativos Administrativos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Água		
Produção	67.346	59.518
Distribuição	45.093	43.479
Projetos e obras de operação Imediata	26.247	17.894
Total Água	138.686	120.891
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	971.757	735.818
Projetos e obras de operação Imediata	3.575	1.931
Total Esgoto	975.332	737.749
Projetos e obras administrativas	103.253	78.564
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	20.015	15.848
Ativos Imobilizados		
Saldo inicial 01 de janeiro	40.877	47.689
Depreciação e amortização	(6.434)	(8.601)
Baixas, municipalizações e ajustes	(1.569)	(1.899)
Aquisições e transferências	6.778	3.688
Total Ativos Administrativos	39.653	40.877
Total Obras em And. e Ativos Adm.	1.276.939	993.928

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas – FEPESE emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos reavaliados	303.258	324.311
Tributos sobre a reavaliação	(76.946)	(82.288)
Saldo da reavaliação	226.312	242.023

c) Ativos Intangíveis

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados às atividades operacionais da Companhia:

Município

	31 de dezembro de 2020 Amortização acumulada		Valor líquido	31 de dezembro de 2019	
	Custo			Valor líquido	
Caçador	16.851	(6.957)	9.894	10.525	
Concórdia	26.079	(9.793)	16.286	16.518	
Chapecó	204.666	(77.684)	126.982	132.870	
Criciúma Sistema Local e Integrado	301.276	(122.687)	178.589	186.402	
Curitiba	17.234	(8.623)	8.611	8.992	
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.116.901	(451.230)	665.670	707.645	
Laguna	99.315	(12.285)	87.030	87.492	
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	32.336	(13.253)	19.083	16.914	
Santo Amaro da Imperatriz	18.400	(7.507)	10.893	11.298	
São Joaquim	59.696	(14.785)	44.912	47.121	
São José	89.083	(33.756)	55.327	41.979	
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	29.482	(9.466)	20.016	20.466	
Siderópolis	15.242	(4.706)	10.536	10.901	
Outros	722.067	(226.846)	495.221	459.878	
	2.748.628	(999.578)	1.749.050	1.759.001	

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imobilizado e Intangível		
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a instituições financeiras do país ou Exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir, demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, obtida nas notas explicativas abaixo:

	31 de dezembro de 2020
Operações no exterior:	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	477.144
(-) Juros a Apropriar	(59.976)
Japan International Cooperation Agency - JICA	288.854
(-) Juros a Apropriar	(27.477)
Total Operações líquidas no exterior	678.545
Operações no país:	
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	345.647
(-) Juros a Apropriar	(142.346)
Debêntures	713.734
(-) Juros a Apropriar	(141.145)
Total Operações Líquidas no país	775.890
Total Empréstimos e Financiamentos	1.454.435

Abaixo a comparação com o ano de 2019, pelo seu valor líquido:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	67.238	48.157	349.930	293.765	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	8.045	4.993	253.332	143.735	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	75.283	53.150	603.262	437.500	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras	9.617	8.270	193.684	185.728	Ver nota explicativa
Debêntures	169.403	58.412	403.186	526.948	Ver nota explicativa
Total Operações no país	179.020	66.682	596.870	712.675	
Total Empréstimos e Financiamentos	254.303	119.832	1.200.132	1.150.175	

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
a) Em 31 de dezembro de 2020 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2019).		
b) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:		
c)		
Ano:		
2021	157.274	
2022	291.180	
2023	291.812	
Após 2024	714.169	
Total	1.454.435	

Japan International Cooperation Agency – JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de dezembro de 2010 a contratação de empréstimo junto à Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de R\$ 12.324.000 para as obras e R\$ 2.102.000 para consultoria sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante de R\$ 5.689.535.359. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo do empréstimo é de sete anos de carência mais 19 anos de amortização.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto à Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD no montante de R\$ 99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do empréstimo é definida nas datas dos desembolsos, ou seja, juros de 5,39% sobre R\$ 25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre R\$ 25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre R\$ 49.756 desembolsados em 24/08/2017.

O prazo do empréstimo é de cinco anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo devedor é de R\$ 669.829.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2010	2032	20.145	19.133
2012	2034 a 2036	183.156	174.864
Total		203.301	193.997

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries da 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 154.054.

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 02 de setembro de 2020 foi realizada uma Assembleia Geral dos Debenturistas para a alteração do início do pagamento da amortização do principal, alteração do prazo de vigência e data de vencimento, para aprovação desses itens a CASAN foi condicionada ao pagamento de um prêmio equivalente a 3%, incidente sobre o valor nominal das Debêntures acrescido da remuneração devida na data da assembleia, resultando no montante de R\$ 18.080.245,02, que serão pagas em três parcelas mensais consecutivas em montantes iguais, sendo a primeira parcela devida em 14/09/2020, a segunda em 13/10/2020 e a terceira em 12/11/2020.

As debêntures têm prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão (amortizadas pelo prazo do contrato), que foi em 15 de maio de 2019, vencendo, portanto, em 12 de março de 2025, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em série única de 60 mil debêntures. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 30º (trigésimo) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 12 de setembro de 2021, e a última parcela correspondente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures devida na data de vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Devido à variação cambial, apresentamos a DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa livre dos efeitos financeiros.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na Folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a Folha de Pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
Provisão para férias	28.873	26.671
INSS	5.547	5.244
FGTS	1.707	1.797
IR s/folha de pagamento	3.000	2.724
Plano de saúde e previdência	3	13
Consignações	1.982	1.998
Outros	985	722
Total Circulante	42.097	39.169
Não Circulante:		
Participação em resultados	3.177	3.177
Total Não Circulante	3.177	3.177

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 apresentam os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
. REFIS	7.820	7.704
. COFINS	6.137	6.884
. PIS/PASEP	1.330	1.489
. Imposto de Renda - retenções	110	128
. Imposto de Renda sobre lucro real	49.618	34.308
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	445	563
. INSS de terceiros	587	910
. Contribuição social sobre lucro real	18.429	12.774
. Outros	477	536
Total circulante	84.953	65.296
Não circulante:		
. REFIS	20.031	27.432
Total não circulante	20.031	27.432

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo anterior	7.704	8.728	27.432	34.653
Transferências	7.893	7.838	(7.893)	-8.838
Atualizações (TJLP)	-	-	492	617
Amortizações	(7.777)	(8.862)	-	-
	7.820	7.704	20.031	27.432

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$ 76.946 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 82.475 em 31 de dezembro de 2019), conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Provisão para contingências cíveis	61.018	67.974
Provisão para contingências trabalhistas	14.709	14.501
	75.727	82.475
Total Depósitos dados em garantia	(102.182)	(95.304)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(26.455)	(12.829)

Em 31 de dezembro de 2020 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$ 613.249 (R\$ 583.500 em 31 de dezembro de 2019).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de

atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$ 61.018 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 67.974 em 31 de dezembro de 2019).

b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da Assessoria Jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 14.709 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 14.501 em 31 de dezembro de 2019) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Grant Thornton Serviços Atuariais, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$ 108.248 (R\$ 97.379 em 31 de dezembro de 2019).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Resumo das Obrigações Previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	373.530	370.275
Valor justo dos ativos do plano	(265.282)	(272.896)
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	108.248	97.379
Passivo / (Ativo) líquido	108.248	97.379

Obrigações Previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor das obrigações no início do ano	370.275	280.810
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(1.979)	(2.766)
Juros sobre obrigação atuarial	25.498	24.886
Contribuições de participantes vertidas no ano (Ganho) / perda atuarial	1.961	4.398
	(3.759)	78.985
Benefícios pagos no ano	(18.466)	(16.038)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	373.530	370.275

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores como as necessidades de liquidez e o status financeiro das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparadas pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor justo dos ativos no início do ano	(272.896)	(249.041)
Rendimento esperado no ano	(18.868)	(22.292)
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	8.015	(10.827)
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	(2.376)	(4.398)
Contribuições de participantes	18.466	16.038
Benefícios pagos pelo plano/empresa	265.282	(272.896)
Valor justo dos ativos no final do ano		

Premissas adotadas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Taxa real de desconto atuarial	3,21%	3,32%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,21%	3,32%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	0,82%	0,82%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100%	98,44%
Fator de capacidade sobre os salários	100%	98,44%
Inflação esperada	4,25%	3,61%
Taxa de desconto nominal	7,60%	7,05%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,60%	7,05%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,10%	4,46%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,25%	3,61%

Mortalidade geral

Mortalidade de inválidos

Entrada em invalidez
Taxa anual de rotatividade

Composição familiar

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI total

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
PDVI com indenização mensal	72.898	71.395
Total Circulante	72.898	71.395
Não circulante:		
PDVI com indenização mensal	308.603	373.358
Total Não Circulante	308.603	373.358
Total PDVI	381.501	444.753

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI 2017.

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 15 de outubro de 2018. Ao final desse período restaram 729 inscritos, que correspondiam a 27,52% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.649 em 31 de outubro de 2017).

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva se iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

A adesão dos funcionários a esse programa de PDVI acarretou diversas necessidades de contratações, onde 416 vagas foram preenchidas gradativamente, de fevereiro de 2018 a dezembro de 2018, observando a limitação estabelecida pelo Conselho de Administração que autorizou as reposições do PDVI com o limitador financeiro de 20% do custo dos empregados da ativa.

A estimativa do custo dos empregados admitidos considerou o salário de ingresso dos cargos a serem contratados com percentual de encargos baseado na média de custos dos empregados que integravam o quadro antes do PDVI. No entanto, esse percentual acabou sendo ultrapassado em cerca de 3,77% pois o perfil dos novos empregados trouxe alterações significativas nas rubricas variáveis que compõem a remuneração, como por exemplo, o prêmio por conclusão de nível técnico e superior, recebido por 65% dos empregados admitidos em razão das substituições do PDVI, além do fato de que o Acordo Coletivo 2018/2019 aumentou os percentuais dos prêmios por conclusão de nível médio profissionalizante e de nível superior.

Outra situação relevante neste contexto é que o Conselho de Administração (ATA nº 328 de 27/10/2017) também previu que a empresa priorizasse a automação das Estações de Água e de Esgoto e terceirização de alguns serviços em detrimento de novas contratações. Todavia, essas ações se encontram em andamento.

Por fim, cabe mencionar que o PDVI permitiu a quitação do contrato de trabalho (evitando novas demandas trabalhistas) e também gerou economia com o prejuízo fiscal oriundo do PDVI estimado em R\$ 83,245 milhões.

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina) e a CELESC.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Conta a receber de clientes		
Circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	4.183	10.046
CELESC	55	37
Total de contas a receber dos acionistas	4.238	10.083

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Não Circulante:		
CELESC	10.111	8.579
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	13.475	11.943

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Não circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	41.014	45.779
Total empréstimos a pagar para acionistas	41.014	45.779



O relacionamento entre acionistas foi todo reclassificado para o Passivo Não Circulante.

Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita bruta de serviços prestados	24.638	28.505
Custos e despesas	(104.550)	(108.958)
Juros de empréstimo com acionista	(1.940)	(4.002)
Resultado	(81.852)	(84.455)

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor de R\$ 150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia, a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$ 150.475. Tal operação foi efetuada com a intervenção do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2020, no montante R\$ 40.206, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à intervenção do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito para financiamento de novas obras de saneamento em Santa Catarina.

Em 07 de agosto de 2020 foi autorizada a suspensão do pagamento das parcelas de principal e de juros remuneratórios do contrato por 12 meses, no período de 15 de janeiro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, prorrogando o prazo final da amortização por 12 meses, sem alteração da taxa de juros. O montante que deixar de ser pago durante o período da suspensão relativamente às parcelas do principal e dos juros remuneratórios será capitalizado a cada evento financeiro de vencimento originalmente previsto no contrato, incorporando-se ao principal da dívida dos respectivos sub créditos. O prazo final da amortização ficou para o dia 15 de julho de 2024. Os valores pagos no período de 15 de janeiro a 15 de dezembro de 2020 serão apropriados pelo BNDES como amortização extraordinária do principal da dívida, na referida data, sendo realizados os ajustes do saldo devedor para cálculo das prestações remanescentes.

22. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$ 19.260 em 31 de dezembro de 2020 (idem em 31 de dezembro de 2019) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 está representado por 751.330.842 ações (715.094.432 ações em 31 de dezembro de 2019). São 375.538.169 (357.547.216 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 375.792.673 (357.547.216 em 31 de dezembro de 2019) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	236.856.732	253.851.013	490.707.745
SC Parcerias S/A.	66.470.150	66.547.700	133.017.850
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200	110.716.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.811.705	0	16.811.705
Demais Acionistas Nacionais	40.782	36.760	77.542
Total de ações	375.538.169	375.792.673	751.330.842

Acionistas	31 de dezembro de 2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771	459.136.493
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112	128.902.177
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200	110.716.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	0	16.315.575
Demais Acionistas Nacionais	8.054	16.133	24.187
Total de ações	357.547.216	357.547.216	715.094.432

b. Lucros/Prejuízos Acumulados

Em dezembro de 2020 a Companhia apurou Lucro de R\$ 112.504 (Lucro de R\$ 119.686 em dezembro de 2019).

c. Reserva de Reavaliação

Em 06/12/2019 foi celebrado contrato entre a CASAN e a empresa Berkan, com o objetivo de avaliação e confirmação dos registros contábeis realizados a partir da última reavaliação patrimonial. Os trabalhos ainda não foram finalizados.

d. Dividendos

Cálculo dos Dividendos de 2020	
Lucro Exercício para cálculo dos dividendos	112.504
Reserva Legal (5%)	(5.625)
Ajustes do Lucro do Exercício	10.348
Base para Dividendos	117.227
Dividendos Propostos (25%)	29.307

Em dezembro de 2020 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$ 65.952 sendo R\$ 36.645 referente a anos anteriores ainda não pagos, esperando manifestação dos acionistas para futuro aumento de capital, conforme descrito na nota de eventos subsequentes.

24. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tarifas de água	1.006.874	981.645
Tarifas de esgoto	235.762	236.371
Outras receitas de serviços de água	18.326	21.562
Outras receitas de serviços de esgoto	52	52
Total do faturamento	1.261.014	1.239.630
Impostos sobre vendas e outras deduções	(117.335)	(115.606)
Total receita líquida	1.143.679	1.124.024

25. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Materiais	339.516	348.089
Serviços de terceiros	74.855	59.783
Gerais e tributárias	224.429	243.868
Depreciações, amortizações	27.275	68.208
Amortização direito de uso de bem	96.613	88.658
Ajuste a Valor Justo	13.746	0
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	13.504	0
Recomposição de pavimentação	37.329	23.384
Fundos para programas municipais	25.556	13.477
Total	26.681	1.018
	879.504	846.485

26. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Salários	129.045	125.087
Custos previdenciários	62.902	57.025
FGTS	15.114	14.597
Programa de alimentação	36.181	31.936
Programa de saúde	19.466	24.290
PDVI – Demissão voluntária incentivada	8.079	28.351
Outros benefícios	68.729	66.803
Total	339.516	348.089
Número de empregados	2.533	2.500

27. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	3.071	2.025
Juros ativos	1312	5.501
Rendimento de aplicações financeiras	5.246	11.303
Ganho com Recuperação de Crédito	-	310
Total Receitas Financeiras	9.629	19.139
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(71.462)	(109.803)
Variações monetárias e cambiais	(43.312)	30
Outras	(1.879)	(124)
Total Despesas Financeiras	(116.650)	(109.897)
Resultado Financeiro Líquido	(107.021)	(90.758)

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2020, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outras receitas operacionais:		
Pessoal à disposição	2.614	1.966
Indenizações e ressarcimento de despesas	237	1.613
Comissão prestação de serviços/convênios	214	563
Recuperação déficit atuarial Casanprev	0	2.548
Vendas de bens do imobilizado	2387	8
Reembolso mensalidade Unimed	909	1.208
Reversão Causas Cíveis	6.891	3.220
Reversão Causas Trabalhistas	413	16.433
Outras	544	150
Total Outras Receitas Operacionais	14.209	27.709
Outras despesas operacionais:		
. Baixa de imobilizado	(194)	(538)
. Fiscais e tributárias	(491)	(489)
. Causas cíveis	(183)	(28.296)
. Causas trabalhistas	(288)	(4.655)
Total Outras Despesas Operacionais	(1.156)	(33.978)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	13.053	(6.270)

29. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$ 12.500. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia. A CASAN possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência, cuja cobertura monta R\$ 450. Além disso, a Companhia possui 633 veículos leves e pesados alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30. BALANÇO SOCIAL

A Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) editaram a Instrução Normativa Conjunta nº 5, de 28 de maio de 2018.

Essa Instrução Normativa instituiu modelos de referências, inclusive para o Balanço Social, o qual está sendo enviado para a CVM de acordo com o modelo estabelecido pela Instrução Normativa citada acima.

BALANÇO SOCIAL						
	2020 - Valores em R\$ MIL			2019 - Valores em R\$ MIL		
1. BASE DE CALCULO						
Receita Operacional Líquida (ROL)			1.143.679			1.124.024
Resultado Operacional (RO)			277.228			268.721
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			354.704			354.051
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	43.582	12,29%	3,81%	38.912	10,99%	3,46%
Encargos Sociais Compulsórios	69.527	19,60%	6,08%	67.709	19,12%	6,02%
Previdência Privada	3.837	1,08%	0,34%	3.914	1,11%	0,35%
Saúde	15.656	4,41%	1,37%	20.570	5,81%	1,83%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.139	0,32%	0,10%	1.410	0,40%	0,13%
Educação	595	0,17%	0,05%	704	0,20%	0,06%
Cultura	1.161	0,33%	0,10%	1.130	0,32%	0,10%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	237	0,07%	0,02%	813	0,23%	0,07%
Creches ou Auxílio-Creche	2.920	0,82%	0,26%	2.890	0,82%	0,26%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	8.079	2,28%	0,71%	28.351	8,01%	2,52%
Total dos Indicadores Sociais Internos	146.732	41,37%	12,83%	166.401	47,00%	14,80%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura	270	0,10%	0,02%	305	0,11%	0,03%
Saúde e Saneamento				50	0,01%	0,00%
Esporte	50	0,02%	0,00%	-	-	-
Sub Total	320	0,12%	0,03%	355	0,13%	0,03%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	194.948	54,96%	17,05%	173.484	49,00%	15,43%
Total dos Indicadores Sociais Externos	195.268	55,08%	17,07%	173.839	49,13%	15,47%
4. INDICADORES AMBIENTAIS	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	374.000	135%	0,3270148	245.071	91%	21,80%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	38.98	0,01%	0,00%	431	0,16%	0,04%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	374.039	134,92%	32,70%	245.502	91,36%	21,84%
Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:						
			não possui metas			não possui metas

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2020	2019
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	2643	2611
Nº de Admissões Durante o Período	66	111
Nº de Empregados(as) Terceirizados	567	662
Nº de Estagiários(as)	89	178
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos	1048	985
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	534	527
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	23,79%	24,20%
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	47	48
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	0,69%	1,59%
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais	69	68
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2020	Metas 2021
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	16,29 vezes	0
Número Total de Acidentes de Trabalho	73	0
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	Direção e gerências	Direção e gerências
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	Direção e gerências	Direção e gerências
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:	Segue normas OIT	Segue normas OIT
A Previdência Privada Contempla:	Todos os empregados	Todos os empregados
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	Todos os empregados	Todos os empregados
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	São sugeridos	São sugeridos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	Não se envolve	Apoiará
	Na Empresa	Na Empresa
	No Procon	No Procon
	Na Justiça	Na Justiça
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	127.613	663
% de Reclamações e Críticas Solucionadas	93,13%	74,51%
	2020	2019
	Governo	224.108
	Colaboradores	285.102
	Acionistas	29.307
	Terceiros	116.650
	Retido	83.197
	Governo	225.840
	Colaboradores	294.977
	Acionistas	31.025
	Terceiros	109.897
	Retido	88.661

31. FATO RELEVANTE OU SIGNIFICATIVO – EFEITO COVID-19

Em função da pandemia mundial declarada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) ocasionada pelo surto do novo Coronavírus, a CASAN criou a Comissão de Crise, Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus, formada por colaboradores de diversas áreas da Companhia, que alinhada às diretrizes do Governo do Estado de Santa Catarina mantém avaliação permanente e reuniões com intuito de propor ações e medidas para o combate à COVID-19 na empresa.

Desta forma, adotou e continua adotando uma série de ações a fim de dar continuidade e qualidade aos serviços prestados à população catarinense, visto que fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos são serviços essenciais e importante arma para o combate ao vírus.

Dentre as medidas adotadas está a adoção do regime de home office nas atividades em que é possível evitar a locomoção e a proximidade entre pessoas; suspensão dos atendimentos presenciais e os serviços de campo considerados não essenciais; cancelamento de cursos presenciais e implementação de capacitações online; cancelamentos de visitação pública às unidades da Companhia e diretrizes mais rigorosas quanto à limpeza de áreas comuns, entre outras. Atualmente, devido a novos decretos estaduais/municipais de flexibilização das restrições, a Companhia está com até 50% da capacidade dos empregados trabalhando de forma presencial em forma de revezamento. Em 26/08/2020, a CASAN celebrou contrato de prestação de serviços junto ao SESI, onde por intermédio de contratos geridos pela Matriz e pelas quatro Superintendências providenciou a contratação de até 2.250 (dois mil duzentos e cinquenta) testes rápidos para o Coronavírus, cujo objetivo prioritário é a testagem de empregados que pela natureza de suas atividades e possível ausência por motivo de saúde (contaminação) poderiam causar descontinuidade na prestação dos serviços.

No tocante aos impactos gerados pela instabilidade econômica no ano de 2020, destacamos a queda da arrecadação no início da pandemia, em março/2020, de 3,51%. No segundo trimestre foi registrada uma queda média de 3,39%, no 3º trimestre foi de 6,73% (média do período) e no 4º trimestre essa queda foi de 3,95% (média do período). Esse percentual é calculado fazendo-se frente à arrecadação projetada anteriormente, sem os efeitos da pandemia (considerando uma previsão Cenário Moderado) para esse período, frente à arrecadação efetivamente realizada. Para o referido ano houve ainda a isenção para todos os usuários de Tarifa Social (baixa renda) nos meses 03/2020 e 04/2020, proibição da realização de cortes de fornecimento de água e o parcelamento de débito de 04/2020 e 05/2020 em até 12 vezes sem juros (que estão em contestação judicial) e aumento do câmbio (principalmente o Euro) nos empréstimos de moeda estrangeira. Foi também perceptível aumento no consumo de materiais de higiene, tais como luvas, papel toalha e álcool em gel, assim como a compra de materiais antes nunca adquiridos pela empresa, como máscaras descartáveis, máscaras reutilizáveis e álcool 70% para limpeza.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a Covid-19 traz a seus negócios.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Lagoa da Conceição

Em decorrência de precipitação atmosférica de grandes proporções na cidade de Florianópolis, no final do mês de janeiro de 2021, evento este caracterizado como “anomalia” por meteorologistas da EPAGRI/CIRAM, ocorreu o deslizamento da encosta de dunas da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI) e, consequentemente, o transbordamento de efluentes tratados.

A Companhia vem realizando a indenização dos danos materiais aos moradores, bem como a reparação dos demais danos resultantes do evento.

b. Aumento de Capital

Na Reunião do Conselho de Administração nº 371, realizada em 17 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a abertura da operação de Aumento de Capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, no montante mínimo de R\$ 3.269.009,39 e montante máximo de R\$ 57.324.468,26, mediante a emissão de, no mínimo, 2.775.428 ações (1.354.450 ações ordinárias e 1.420.978 ações preferenciais), e, no máximo 48.669.158 ações (24.461.831 ações ordinárias e 24.207.327 ações preferenciais), nominativas e sem valor nominal, com preço de subscrição correspondente ao valor patrimonial de R\$ 1,177839737 por ação.

O Aumento de Capital, com exercício de direito de subscrição, foi proposto em função da necessidade de novos investimentos e desafios impostos pela alteração da legislação do setor.

Decorrido o período de preferência que foi de 23 de novembro de 2020 a 22 de dezembro de 2020 inclusive, e, decorrido o período de sobras de 05 de janeiro de 2021 a 15 de janeiro de 2021, inclusive, foram subscritas um total de 48.669.148 ações (24.461.824 ações ordinárias e 24.207.324 ações preferenciais) totalizando um aumento em reais de R\$ 57.324.456,36 sendo R\$ 28.812.108,27 em ações ordinárias e R\$ 28.512.348,09 em ações preferenciais.

Em 23 de fevereiro de 2021, na Reunião do Conselho de Administração nº 375, o Aumento de Capital foi homologado. Com a homologação dos valores subscritos, a composição do capital social da Companhia passou:

De:

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo SC	236.856.732	63,07%	253.851.013	67,55%	490.707.745	65,31%
SC Parcerias	66.470.150	17,70%	66.547.700	17,71%	133.017.850	17,70%
CELESC	55.358.800	14,74%	55.357.200	14,73%	110.716.000	14,74%
CODESC	16.811.705	4,48%			16.811.705	2,24%
OUTROS ACIONISTAS	40.782	0,01%	36.760	0,01%	77.542	0,01%
TOTAL	375.538.169	100%	375.792.673	100%	751.330.842	100%

Para:

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo SC	257.014.331	64,25%	274.261.032	68,57%	531.275.363	66,41%
SC Parcerias	68.844.223	17,21%	68.921.773	17,23%	137.765.996	17,22%
CELESC	56.713.251	14,18%	56.778.178	14,19%	113.491.429	14,19%
CODESC	17.384.075	4,35%			17.384.075	2,17%
OUTROS ACIONISTAS	44.113	0,01%	39.014	0,01%	83.127	0,01%
TOTAL	399.999.993	100%	399.999.997	100%	799.999.990	100%

E a Companhia atingiu um Capital Social subscrito e integralizado de R\$ 942.271.777,73 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos), representado por 399.999.993 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e três) Ações Ordinárias - ON, e 399.999.997 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e sete) Ações Preferenciais - PN, todas nominativas e sem valor nominal. Em conformidade com o decidido pelo Conselho de Administração a alteração estatutária será efetivada na próxima Assembleia a ser realizada pela Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberta Maas dos Anjos

Diretora Presidente

Evandro André Martins

Diretor Administrativo

Ivan Gabriel Coutinho

Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Fabio Cesar Fernandes Krieger

Diretor de Operação e Expansão

Contadora

Gerente de Controladoria Econômico-Financeira

Marina Godoy

Contadora CRC/SC 031470/O-0

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Décio Augusto Bacedo de Vargas

Demais Membros

Ciro Loureiro Rocha

Eduardo José de Souza

Felipe Cesar Lapa Boselli

Haneron Victor Marcos

Messias Fontinhas de Souza

Roberta Maas dos Anjos

Sabrina Weiss Raupp

Suzana Fortunato de Sousa

CONSELHO FISCAL

Presidente

Ricardo de Sousa

Demais Membros

Alexandre Pedercini Issa

Gabriel Arthur Loeff

Letícia Pedercini Issa Maia

Matheus Hoffmann Machado

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador

Carlos Rocha Velloso

Demais Membros

Cristiane Scholz Faisca Cardoso

Eduardo Person Pardini

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN
Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

São aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras. Portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Arrendamento Mercantil (Nota 3, letra "q")

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras para as bases de 31 de dezembro de 2020. Após as análises realizadas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2020 contratos são considerados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, e a adoção gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo.

A Companhia reconheceu a título de Arrendamento Mercantil, R\$ 16.466 mil (R\$ 27.778 mil em 2019), tanto no Ativo quanto no Passivo.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Revisamos os contratos de arrendamento, verificando as premissas utilizadas pela Companhia na determinação dos Ativos e Passivos de Arrendamento, em conformidade com a NBC TG 6 (R3). Efetuamos também recálculo dos contratos de arrendamento, confirmando as projeções e taxas aplicadas e adequação dos valores reconhecidos contabilmente.

Teste de Impairment (Nota explicativa 3 "g")

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios devido às suas características peculiares e avaliados os itens:

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARES para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetadas conforme estabelecido no Planejamento Estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável. Tal procedimento foi adotado em virtude de os Contratos de Concessões e Contratos de Programa previrem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por impairment.

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3 "h", 20)

A Companhia é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 108.248 mil (R\$ 97.379 mil em 2019). Consideramos como principal assunto de auditoria devido às estimativas complexas, com saldos relevantes e também subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumentos salariais e taxas de desconto. Variações nestes saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

Adicionalmente, a Companhia também possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta a título de obrigações com o PDVI de R\$ 381.501 mil (R\$ 444.753 mil em 2019), Passivo Circulante e Não Circulante.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Companhia; avaliamos a razoabilidade das principais premissas, taxas de descontos, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizados para os cálculos atuariais. Analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos do plano.

Consideramos que as premissas utilizadas para determinação da provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

Outros Assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
Maciel Auditores S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0" TP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia e no parecer emitido pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes

S/S, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras, e opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Florianópolis, 22 de março de 2021.

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
GABRIEL ARTHUR LOEFF
LETÍCIA PEDERCINI ISSA MAIA
MATHEUS HOFFMANN MACHADO
RICARDO DE SOUSA

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - CAE - EXERCÍCIO SOCIAL 2020 - CASAN

Aos Conselheiros de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão auxiliar do Conselho de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (“Companhia”), regido pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário, a partir de 01 de agosto de 2020, é composto por três membros, sendo, o Sr. Carlos Rocha Velloso (Coordenador do Comitê), o Sr. Eduardo Person Pardini e a Sra. Cristiane Scholz Faisca Cardoso.

A atual composição do CAE substituiu os membros antecessores, Sr. Sérgio Stangler (Coordenador do Comitê), Sra. Dirlete de Pieri Vitoretti e Sra. Isabela Oliveira Moritz, cujos mandatos vigoraram de 01 de agosto de 2018 a 31 de julho de 2020.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016.

2. Resumo das atividades em 2020

No período de agosto a dezembro de 2020, o CAE da CASAN realizou 14 reuniões, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores, Gerentes, Superintendentes e Assessores da Companhia, Auditores Internos, Procurador, Ouvidor, Auditores Independentes e Diretor Presidente da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal da CASAN e atas completas disponíveis na Companhia.

As atividades do CAE são relatadas a seguir:

Demonstrações Financeiras

Foram conhecidas as Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre 2020 e examinadas as Demonstrações Financeiras do 3º Trimestre 2020 e as do exercício findo em 31/12/2020.

O exame das Demonstrações Financeiras consistiu na análise dos Relatórios da Companhia, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, reuniões de esclarecimento com a Diretoria Financeira e participação nas reuniões do Comitê Financeiro do Conselho de Administração.

Não havendo sido encontrados óbices à aprovação das Demonstrações Financeiras, foram então encaminhadas ao Conselho de Administração.

Como recomendação, o CAE sugeriu atenção ao perfil da dívida da Companhia que, aliada ao nível de geração de caixa, pode aumentar o custo ou dificultar futuras captações para financiamento de capital de giro ou para investimentos.

Auditoria Interna

O CAE acompanhou a realização do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI 2020). Foram discutidos métodos de trabalho e apresentadas propostas de alteração nos relatórios de Auditoria.

Acompanhou e orientou a elaboração do PAAI 2021.

Por solicitação do Conselho de Administração, o CAE supervisionou grupo de trabalho que elaborou proposta de alteração do Regimento e do Manual da Auditoria Interna, posteriormente aprovados pelo Conselho de Administração, e participou de processo seletivo para recomposição da Auditoria Interna, apresentando proposta de nomes para aprovação do Conselho de Administração.

Como recomendações, orientou que novas solicitações para a Auditoria devem ser efetuadas através do Conselho de Administração e que deve haver acompanhamento efetivo da Administração às recomendações da Auditoria.

Riscos e Controles Internos

O CAE supervisionou os avanços feitos pela área de Riscos e Controles Internos em relação à implantação do Programa de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos.

Tomou ciência da metodologia de gestão de riscos usada pela Companhia, do Portfólio de Riscos e do Mapa de Riscos.

Como recomendações, solicitou: revisão no nível de apetite a riscos da Companhia; que a análise de riscos tenha como base o orçamento, de forma que possa ser quantificável; a análise de riscos deve avaliar as ameaças à realização dos objetivos empresariais; e que os planos de mitigação deverão ter acompanhamento sistemático.

CASANPREV

A Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, por meio de seu Diretor Presidente, apresentou na reunião de 26 de novembro de 2020, informações sobre o número de participantes, a evolução do número de aposentados por ano, e distribuição das alocações da carteira de investimentos e informou sobre a atualização da tábua atuarial e impactos decorrentes. Destacou a dificuldade em atingir a meta atuarial em 2020 em razão do impacto da pandemia do Covid-19 no mercado financeiro.

O Diretor apresentou, ainda, a proposta de migração do plano atual, modalidade BD (Benefício Definido) para a modalidade CD (Contribuição Definida), destacando as vantagens e desvantagens de cada modalidade, bem como o custo de implantação do novo plano CD.

Ainda em relação à CASANPREV, o CAE tomou ciência na reunião de 11 de dezembro de 2020 dos seguintes assuntos:

A atuária responsável pelos planos da CASANPREV apresentou aos membros do CAE a estrutura do Plano, as hipóteses atuais em que o Plano está fundamentado, como a taxa de juros e a meta atuarial, as análises prospectivas realizadas com base em premissas da empresa ADICTUS, consultora de investimentos da CASANPREV, e os critérios adotados para a fixação da taxa de juros utilizada em 2020. Apresentou também as tábuas de sobrevivência e de invalidez adotadas que, juntamente com as demais hipóteses, resultaram nas recomendações técnicas que foram adotadas ao final de

2019 para ajustar o Plano à conjuntura econômica e ao perfil dos participantes, empregados e aposentados da CASAN. Os resultados obtidos pelo Plano em 2019 foram analisados em conjunto com o CAE, tendo-se discutido também algumas perspectivas para os resultados em 2020.

Na mesma reunião, o auditor responsável pelos trabalhos de auditoria da CASANPREV relatou os procedimentos adotados para a realização dos trabalhos de revisão de auditoria das demonstrações contábeis em 30 de junho de 2020, cujo relatório foi disponibilizado para os membros do CAE, descrevendo as revisões de diferentes saldos contábeis e a confirmação de alguns saldos com fontes externas por meio de extratos e circularizações. O escopo dos trabalhos realizados também incluiu o acompanhamento da alocação dos investimentos em diferentes mercados em conformidade com a Política de Investimentos fixada pela administração do Plano. Os resultados obtidos até junho de 2020 e suas perspectivas para este exercício também foram analisadas em conjunto com os membros do CAE.

O CAE também tomou conhecimento de trabalho realizado por Auditores Independentes para a CASAN, que consistiu em avaliação atuarial de contabilização de passivos oriundos dos benefícios pós-emprego e atendimento ao CPC 33 e deliberação CVM 695/12.

Com base nas informações obtidas nos Relatórios apresentados, bem como no parecer dos Auditores Independentes da CASAN e da CASANPREV, o CAE considera que os parâmetros em que fundamentam os cálculos atuariais dos planos de benefícios mantidos pela CASANPREV são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado. Os resultados obtidos pelos Planos de Previdência são impactados pelas condições macroeconômicas e seus reflexos no mercado de capitais.

Conhecimento

O CAE conheceu temas importantes, como: estrutura e governança da Companhia; atualização do marco regulatório do setor de saneamento; Proposta do Orçamento 2021.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

O CAE analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, a serem apresentadas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da CASAN e pelos Auditores Independentes, somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2020, estando, portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Florianópolis/SC, 25 de março de 2021.

Carlos Rocha Velloso
Coordenador do Comitê

Cristiane Scholz Faisca Cardoso
Membro do Comitê

Eduardo Person Pardini
Membro do Comitê

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no inciso 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da CASAN relativas ao 4º ITR encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, SC, 22 de março de 2021.

Roberta Maas dos Anjos
Diretora Presidente

Evandro André Martins
Diretor Administrativo

Ivan Gabriel Coutinho
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Fabio Cesar Fernandes Krieger
Diretor de Operação e Expansão

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no inciso 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S no

relatório apresentado sobre as demonstrações financeiras de 2020 encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, SC, 22 de março de 2021.

Roberta Maas dos Anjos
Diretora Presidente

Evandro André Martins
Diretor Administrativo
Ivan Gabriel Coutinho
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores
Fabio Cesar Fernandes Krieger
Diretor de Operação e Expansão



Companhia Catarinense
de Águas e Saneamento
CNPJ.: 82.508.433/0001-17
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020

